



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**HISTÓRIA PÚBLICA E ATIVISMO ECO-POLÍTICO DE MULHERES INDÍGENAS  
NAS REDES SOCIAIS**

**MARTHA MARIA DE SOUSA CARVALHO**

Célia Xakriabá



Fonte: PSOL

Sônia Guajajara



Fonte: Mídia Ninja

**MARTHA MARIA DE SOUSA CARVALHO**

**HISTÓRIA PÚBLICA E ATIVISMO ECO-POLÍTICO DE MULHERES INDÍGENAS  
NAS REDES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de aprovação na disciplina de TCC II, do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

**Orientadora:** Professora Dra. Simone Joaquim Cavalcante/UFCG



**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**C331h** Carvalho, Martha Maria de Sousa  
História pública e ativismo eco-político de mulheres indígenas nas redes sociais [recurso eletrônico] / Martha Maria de Sousa Carvalho – 2023.  
65 f.

1 Arquivo em PDF  
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB  
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos, 2023.  
"Orientadora : Dra. Simone Joaquim Cavalcante"

1. Mulheres indígenas - redes sociais. 2. História pública. 3. Ativismo eco-político. I. Cavalcante, Simone Joaquim. II. Título.

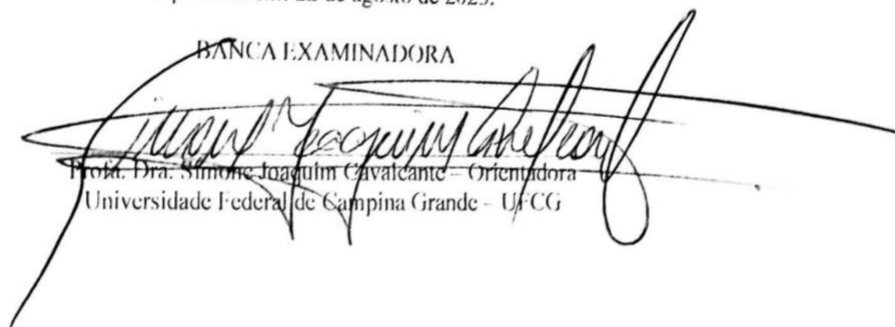
**CDD 980.309**

MARTHA MARIA DE SOUSA CARVALHO

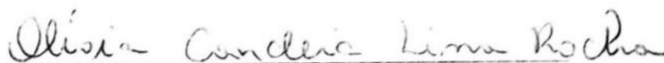
HISTÓRIA PÚBLICA E ATIVISMO ECO-POLÍTICO DE MULHERES INDÍGENAS NAS  
REDES SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado a Universidade Federal do Piauí  
como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.  
Aprovado em: 22 de agosto de 2023.

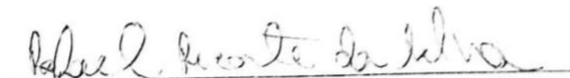
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Simone Joaquim Cavalcante – Orientadora  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG



Prof. Dra. Olívia Candeia Lima Rocha – Examinadora  
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva – Examinador  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Mesmo ciente da luta difícil que iria enfrentar tanto na cidade como em meio ao movimento indígena por ser mulher, sabendo que me encontrava numa sociedade que privilegia o domínio político masculino, eu nunca me senti intimidada. Continuamente me incentivei a iniciar minha luta ali decretando para mim mesma que iria enfrentar as dificuldades de cabeça erguida.

Nelly Barbosa Duarte Dollis (Marubo)

CARVALHO, Martha Maria de Sousa. **História Pública e ativismo eco-político de mulheres indígenas nas redes sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Picos-PI, 2023.

## RESUMO

O presente trabalho aborda o ativismo eco-político de mulheres indígenas nas redes sociais e tem como objetivo central identificar como elas atuam, em especial no *Instagram*. Busca-se ainda apresentar as principais pautas tratadas pelas mulheres indígenas, por meio dessa ferramenta; compreender de que modo esse instrumento tem desempenhado relevante papel na exposição das pautas e das lutas por direitos sociais, políticos, culturais e ambientais; e analisar como as redes sociais têm contribuído no processo de divulgação do movimento indígena feminino, no contexto atual. Denota-se que essa compreensão se dá não somente na conquista de direitos, mas também na capacidade de organização e mobilização do movimento indígena feminino, através das redes sociais. A histórica pública, como campo de divulgação, utilizando-se da internet e das redes sociais, possibilita um espaço mais amplo de divulgação, na busca por direitos e mais visibilidade das demandas desses diferentes povos/etnias presentes em toda sociedade. A metodologia foi desenvolvida a partir da pesquisa narrativa, que trata das experiências dessas mulheres como sujeitos e centro de análise. Utilizamos como fontes de análises: artigos, entrevistas e conteúdos diversos presentes nas redes sociais, em particular divulgados no *Instagram* de duas ativistas indígenas, Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, ambas importantes referências políticas no âmbito dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Como aporte teórico, dialogamos com autores e autoras indígenas e não indígenas, que tratam tanto da história e das lutas dos povos indígenas no Brasil, como de outros campos de abordagem. Por fim, consideramos que as redes sociais fornecem espaço de divulgação, compartilhamento de pautas reivindicatórias e lutas por direitos sociais, políticos, culturais e ambientais, destacando nessa pesquisa a atuação das mulheres indígenas na busca por mais representatividade, fortalecimento do ativismo eco-político e reafirmação do corpo-território no contexto contemporâneo.

**Palavras-chave:** Mulheres Indígenas; Redes Sociais; História Pública. Narrativa.



## ABSTRACT

The present work addresses the eco-political activism of indigenous women on social media and its central objective is to identify how they act, especially on Instagram. We also seek to present the main issues addressed by indigenous women through this tool; understand how this instrument has played an important role in exposing agendas and struggles for social, political, cultural and environmental rights; and analyze how social networks have contributed to the process of disseminating the indigenous female movement, in the current context. It is noted that this understanding occurs not only in the achievement of rights, but also in the ability to organize and mobilize the indigenous female movement, through social networks. Public history, as a field of dissemination, using the internet and social networks, allows for a broader space for dissemination, in the search for rights and more visibility of the demands of these different peoples/ethnicities present throughout society. The methodology was developed from narrative research, which deals with the experiences of these women as subjects and center of analysis. We used as sources of analysis: articles, interviews and various content present on social networks, in particular published on the Instagram of two indigenous activists, Sônia Guajajara and Célia Xakriabá, both important political references in the context of the rights of indigenous peoples in Brazil. As a theoretical contribution, we dialogue with indigenous and non-indigenous authors, who deal with both the history and struggles of indigenous peoples in Brazil, as well as other fields of approach. Finally, we consider that social networks provide a space for dissemination, sharing of demands and struggles for social, political, cultural and environmental rights, highlighting in this research the role of indigenous women in the search for more representation, strengthening eco-political activism and reaffirmation of the body-territory in the contemporary context.

**Keywords:** Indigenous Women; Social media; Public History. Narrative.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – <i>Print Screen</i> do perfil de Sônia Guajajara no <i>Instagram</i> .....	18
<b>Figura 2</b> – <i>Print Screen</i> do perfil de Célia Xakriabá no <i>Instagram</i> .....	18
<b>Figura 3</b> – Sônia Guajajara em posse para o Ministério dos Povos Indígenas, em 1 de janeiro de 2023 .....	34
<b>Figura 4</b> – Crítica ao governo vigente na época, em 19 junho de 2022 .....	35
<b>Figura 5</b> – Postagem realizada no Dia Internacional da Mulher Indígena, em 6 de setembro de 2020.....	38
<b>Figura 6</b> – Postagem sobre os crimes contra o Meio Ambiente, em 11 de julho de 2022.....	39
<b>Figura 7</b> – 8 de Março, Dia Internacional da Mulher .....	40
<b>Figura 8</b> – Célia Xakriabá na Cerimônia de Posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 1 de janeiro de 2023.....	41
<b>Figura 9</b> – Postagem Não a monoculturação, Não ao racismo de ausência, e SIM para mais mulheres indígenas na política, em 10 de maio de 2022.....	43
<b>Figura 10</b> – Postagem Parem o genocídio! Em 12 de janeiro de 2019.....	44
<b>Figura 11</b> – Postagem Dar licença do nosso caminho, que queremos passar com a pintura e cocar, em 10 de abril de 2019.....	45
<b>Figura 12</b> – Quer amplificar as vozes e ocupar e demarcar as telas? Em 22 de setembro de 2023.....	46

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 HISTORICIDADE DA MULHER INDÍGENA E A BUSCA POR DIREITOS DO CORPO-TERRITÓRIO.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Estereótipos atribuídos às mulheres indígenas.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Organizações das mulheres indígenas brasileiras.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 Movimento das mulheres indígenas nas redes sociais.....</b>	<b>28</b>
<b>3 ATIVISMO ECO-POLÍTICO DE MULHERES INDÍGENAS NAS REDES SOCIAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Sonia Guajajara.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2 Célia Xakriabá.....</b>	<b>41</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>52</b>
<b>6 ANEXOS.....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O início desse trabalho acadêmico foi uma experiência cheia de desafios para definir um tema de estudo que me permitisse escrever sobre algo que despertasse meu real interesse no campo da pesquisa histórica. Desde os primeiros semestres no Curso de História, eu tinha uma ideia do que gostaria de abordar no meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, entretanto, por alguns desencontros da vida, isso não foi possível. No primeiro semestre de 2021, durante a pandemia da Covid-19<sup>1</sup>, no contexto das aulas remotas (online), participei da disciplina de História Indígena (correspondente ao ano letivo de 2020.2), com a professora Simone Cavalcante, em que uma das atividades propunha a pesquisa, o debate e a reflexão sobre o atual panorama dos povos indígenas no cenário brasileiro. Assim, ao longo da disciplina, fui me interessando cada vez mais pela temática indígena na sala de aula. Naquele momento, ainda não tinha compreendido que poderia realizar o TCC a partir dessa temática, mas assistir as aulas de História Indígena foi algo que marcou bastante o meu *eu* acadêmico.

Em uma nova tentativa definir o tema do meu TCC, pensei sobre os problemas enfrentados pelos povos indígenas, sobretudo no fato de que estávamos vivenciando bruta e diretamente a pandemia da Covid-19, de modo que esse grupo social estava praticamente excluído das políticas públicas de assistência básica do Estado que deveriam contemplá-los em suas reais necessidades, frente ao caos que estava estabelecido, no contexto nacional e internacional. Soma-se a isso o meu interesse pelo debate das relações de gênero, buscando estabelecer o diálogo interseccional entre a temática indígena e as relações de gênero, notadamente focalizando o protagonismo das mulheres indígenas brasileiras.

Nesse contexto geral, sabemos que a luta das mulheres indígenas vem ganhando notoriedade. Seus discursos políticos têm ecoado na sociedade contemporânea, devido a sua luta no cenário nacional, bem como aos debates sobre a defesa dos direitos dos povos originários em território nacional. Na tentativa de conseguir apoio da sociedade para as pautas indígenas, alguns grupos têm usado as redes sociais como espaço para suas reivindicações, constituindo outras narrativas.

É sabido que durante muito tempo os direitos dos povos indígenas foram negados e relegados ao esquecimento, sobretudo por uma classe política dominante no país. No

---

<sup>1</sup> No Brasil, a pandemia da Covid-19 teve início no mês de março de 2020, alastrando-se até meados do primeiro semestre de 2022, contabilizando aproximadamente 700 mil vidas perdidas.

Brasil, conforme o Instituto Socioambiental (2020), as primeiras associações de movimentos indígenas femininos surgiram por volta de 1980. Nessa época, não se ouvia falar muito sobre as políticas reparatórias no âmbito da esfera pública, nem acerca das pautas reivindicatórias movimentadas por estas mulheres.

Entretanto, considerando a necessidade de suas vozes serem ouvidas, surgiram os movimentos das mulheres indígenas, que, a partir das redes sociais, conseguiram se reunir para lutar pelos seus direitos e de seus povos.

Portanto, a escolha do tema *História Pública e o ativismo eco-político de mulheres indígenas nas redes sociais* surgiu do contato com este debate público, impulsionado pelo interesse em identificar como estas mulheres se mobilizam através das redes sociais e até que ponto isso contribui para influenciar outras mulheres indígenas a buscarem um lugar onde suas vozes também sejam ouvidas.

O ciberativismo<sup>2</sup> eco-político das mulheres indígenas, no contexto atual, caracteriza-se pelo uso das redes sociais como um espaço também desse ativismo eco-político, em virtude de suas pautas que contemplam o território e tudo que o habita, os recursos humanos e naturais, em um movimento de mobilização digital, no qual estas mulheres indígenas buscam (re)afirmar suas lutas e protagonizar suas trajetórias.

Com isso, essas mulheres buscam ampliar seu espaço de fala na sociedade, pouco a pouco se apropriando das redes sociais, forjando o ciberativismo eco-político, através das redes sociais. Elas têm se tornado protagonistas e agora encontram nesses espaços sonoridade para suas vozes que historicamente foram pouco e/ou nunca ouvidas. Trata-se de mulheres indígenas de diferentes comunidades, pertencentes a etnias distintas, que se reúnem para lutar pelos seus direitos ativamente, e, através desses canais de comunicação e informação, têm conseguido, gradativamente, alcançar um número cada vez maior de pessoas e assim sensibilizar cada vez mais mulheres para que juntas possam obter melhorias para a redução dessas violências de gênero, de raça/etnia eco-ambiental.

É sabido que as redes sociais não servem apenas para entreter e compartilhar informações, já que, ao longo dos últimos anos, elas também vêm sendo utilizadas como meios de mobilizar diferentes sujeitos, em diversos setores da sociedade. Com isso, as pessoas têm acessado cada vez mais as redes sociais e participado ativamente dessas,

---

<sup>2</sup> O ciberativismo é um termo recente que consiste na utilização da internet e das redes sociais digitais por grupos politicamente motivados para a difusão de informações e de reivindicações, buscando-se apoio, organização e mobilização dos indivíduos para a realização de determinadas ações, sendo estes, protagonistas de uma causa (MARTINS, 2012).

expondo as suas ideias, recebendo retorno positivo (ou não), o que tem, possivelmente, as motivado a continuar no ciberativismo, participando dessas novas formas de militância, causando impactos significativos em suas vidas.

Tais movimentos nascem das redes digitais, mesmo nos poucos casos em que apresentavam uma origem presencial, que, uma vez reunidas a uma dimensão reticular, mudam de forma e características. A matriz digital e informativa mantém-se também quando tais formas de participação assumem formas de ocupação do espaço público, manifestando nas ruas ou ocupando as praças, na medida em que tais práticas são filmadas, comentadas e narradas em tempo real on-line e então postadas nas redes. (Di Felice, 2017, p. 119)

Nesse contexto, o presente trabalho aborda o ativismo eco-político de mulheres indígenas nas redes sociais, tendo como objetivo central identificar a atuação desse grupo, em especial no *Instagram*. Busca-se, ainda, apresentar as principais pautas tratadas pelas mulheres indígenas, por meio dessa ferramenta; compreender de que modo esse instrumento tem desempenhado relevante papel na exposição das pautas e das lutas por direitos sociais, políticos, culturais e ambientais; visando, por fim, analisar como as redes sociais têm contribuído no processo de divulgação do movimento indígena feminino, no contexto atual.

No desenvolvimento da pesquisa, abordamos a história relacionada à reflexão de questões políticas e sociais. Esse cenário, pautado nas discussões por meios midiáticos, utiliza a história pública<sup>3</sup> como meio de divulgar suas demandas e abrir espaços para múltiplas áreas da sociedade, como é o caso do ciberativismo das mulheres indígenas.

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de ‘abrir portas e não de construir muros’ [...]. (Almeida; Rovai, 2011, p.7)

Através da internet, surgiu uma nova forma de história pública: a história digital. Desenvolveram-se, assim, novos espaços para a divulgação histórica. Devido às

---

<sup>3</sup> De origem anglo-saxã, o termo *História Pública* procura dar conta, de uma forma ampla, das relações e do diálogo entre a produção acadêmica e não acadêmica do conhecimento histórico. De um lado, os lugares de produção de saber histórico se multiplicaram, indo além dos departamentos e centros universitários. De outro, as numerosas contendas sobre a memória coletiva e o dever de memória têm frequentemente colocado a disciplina Histórica no centro de debates públicos, com amplas repercussões políticas e sociais (SCIELO, 2014).

tecnologias, novas experiências e demandas humanas se fazem presentes no trabalho dos historiadores(as), entretanto, por esse fator também surgem novas formas de divulgação de determinadas problemáticas da sociedade, envolvendo um número maior de pessoas e causando maior impacto.

No artigo *História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo*, publicado na Revista Transversos (2016), Bruno Leal Pastor de Carvalho descreve três motivos para a importância das redes sociais no contexto da história pública. A quantidade de pessoas que são ativas nas redes sociais serve como referência na “divulgação da produção do conhecimento histórico”. Com isso, surge o “poder de colaboração popular” que permeia buscando participação e abrindo espaço para partes da sociedade que eram invisíveis no modelo da história tradicional. E, por último, a internet e as redes sociais “são um dos fenômenos históricos mais importantes da história da comunicação e da história contemporânea”, e, portanto, para os historiadores(as) servem como objeto de estudo, transformando a forma de descrever a realidade de diversos grupos sociais.

A metodologia desse trabalho foi desenvolvida a partir da pesquisa narrativa, que trata das experiências dessas mulheres como sujeitos e centro de análise. Utilizamos como fontes de análises: artigos, entrevistas e conteúdos diversos presentes nas redes sociais, em particular divulgados no *Instagram* de duas ativistas indígenas, Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, ambas, importantes referências políticas no âmbito dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Como aporte teórico, dialogamos com autores e autoras indígenas e não indígenas, que tratam tanto da história e das lutas dos povos indígenas, como de outros campos de abordagem. Por fim, consideramos que as redes sociais fornecem espaço de divulgação, compartilhamento de pautas reivindicatórias e lutas por direitos sociais, políticos, culturais e ambientais, destacando nessa pesquisa a atuação das mulheres indígenas na busca por mais representatividade, fortalecimento do ativismo ecológico e reafirmação do corpo-território, no contexto contemporâneo.

A pesquisa narrativa trata das diversas histórias vivenciadas pelos sujeitos do estudo, como o próprio nome sugere, uma narrativa acerca desses acontecimentos. É por meio dessa metodologia que se busca fazer a análise das histórias contadas por esses sujeitos – as mulheres indígenas protagonistas desta narrativa. A pesquisa narrativa decorre através de histórias inacabadas, que ainda estejam em construção e que ainda possam ser desenvolvidas (Creswell, 2014). Ainda de acordo com Creswell (2014, p. 69).

Histórias narrativas são reunidas a partir de variadas *formas de coleta de dados*, como por meio de entrevistas, que podem constituir a fonte de dados principal, e também por meio de observações, documentos, imagens e outras fontes de dados qualitativos.

É por meio dessa abordagem metodológica que temos a oportunidade de conhecer essas mulheres e desenvolver um trabalho que traga mais eco às vozes dessas comunidades e aos direitos desses povos. A escolha pela pesquisa narrativa neste trabalho objetiva identificar as experiências vividas por essas indígenas, contadas através da rede social *Instagram*, utilizando esse método, principalmente, para focar na identidade dessas mulheres como ativistas eco-políticas.

O desenvolvimento da pesquisa surgiu da observação acerca da atuação dessas mulheres nas redes sociais, especialmente no *Instagram*, com fins de divulgação, articulações e organizações eco-políticas, tendo como sujeitos ativos as próprias mulheres indígenas que almejam tornar cada vez mais públicas as suas pautas reivindicatórias, potencializando o protagonismo em movimento nas redes sociais.

A pesquisa resultou em 2 capítulos que se complementam em respeito ao tema trabalhado. O primeiro enfoque tem como título “Historicidade da mulher indígena e a busca por direitos do corpo-território”, que trata da trajetória das mulheres indígenas, e como o próprio nome sugere, a busca por direitos. Já o segundo tópico trata do “Ativismo eco-político de mulheres indígenas nas redes sociais” que para o encaminhamento desse estudo, escolhemos duas ativistas indígenas que estão em franca exposição no cenário nacional, Sônia Guajajara e Célia Xakriabá. Elas têm tido grande visibilidade pelo ativismo social e eco-político frente às pautas indígenas, no contexto brasileiro atual.

Sônia Guajajara é uma liderança feminina indígena brasileira, que luta pelos direitos indígenas e em defesa do meio ambiente dentro e fora do Brasil. Já foi candidata à vice-presidente pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2018. Em 2022, foi eleita Deputada Federal pelo estado de São Paulo. Quando diplomada, tornou-se Ministra do primeiro Ministério dos Povos Indígenas do Brasil,<sup>4</sup> em 2023<sup>5</sup>. Atualmente, em seu perfil no *Instagram* conta com mais de 760 mil seguidores, postando diariamente as lutas dos povos originários, a busca por direitos para todas as comunidades indígenas e, conseqüentemente, também as lutas das mulheres indígenas do Brasil.

---

<sup>4</sup> O Ministério dos Povos Indígenas foi criado por meio do Decreto N° 11.355 de 1° de janeiro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo o primeiro ministério dedicado exclusivamente às demandas indígenas. Tem como objetivo garantir e promover os direitos dos povos indígenas; demarcar terras, entre outros assuntos que abrangem a temática indígena no território nacional (Brasil, 2023).

<sup>5</sup> Ver anexo A.



Já Célia Xakriabá, também eleita Deputada Federal pelo estado de Minas Gerais, atuando ativamente na busca de melhorias para os povos indígenas do estado, como também pautando assuntos diversos sobre as comunidades indígenas, atualmente conta com mais de 240 mil seguidores em seu perfil no Instagram.

**Figura 1:** Print Screen do perfil de Sônia Guajajara no *Instagram*.



Fonte: *Instagram* (2023)

**Figura 2:** Print Screen do perfil de Célia Xakriabá no *Instagram*



Fonte: *Instagram* (2023)

Consideramos que, ainda que em processo de construção de visibilidade social, o trabalho que estas mulheres realizam nas suas *páginas* nas redes sociais é de grande importância para que outras indígenas tomem conhecimento e saibam que existe uma luta

em busca dos seus direitos, e que há mulheres construindo e conquistando espaços públicos e representatividade, o que já é uma grande conquista não apenas para o movimento feminino indígena, mas para todas as comunidades indígenas. Por isso, buscamos nesta pesquisa destacar a relevância do ativismo eco-político realizado por mulheres indígenas nas redes sociais, como protagonistas da sua história de vida, como sujeitos históricos, desconstruindo a narrativa única dos povos indígenas na história do Brasil.

## **2. HISTORICIDADE DA MULHER INDÍGENA E A BUSCA POR DIREITOS DO CORPO-TERRITÓRIO**

No Brasil, desde o período colonial (sobretudo, a partir de 1500) até os dias atuais, os povos originários foram submetidos a diversos tipos de violências, como invasão e expropriação dos seus territórios, desapropriação de terras, violência sexual contra as mulheres e crianças indígenas, discriminação étnico-cultural, ausência de políticas públicas efetivas, folclorização, exotização e preconceitos diversos, gerando o genocídio físico e cultural de parte dos povos originários, mas não o seu total extermínio.

Historicamente, aos indígenas foram atribuídos diversos estereótipos, como a ideia de que eram ingênuos, incapazes de responderem por si próprios. Além disso, houve a padronização desses povos a partir da denominação genérica de “índio”, de modo que não levaram em conta as diversas etnias e comunidades existentes. Em se tratando das mulheres indígenas, o preconceito, a discriminação, as ausências e os silenciamentos tornaram-se ainda mais pujantes em razão da dupla discriminação – por ser mulher-indígena.

De acordo com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) – “a população indígena do Brasil é formada por 305 povos, falantes de 274 línguas e, aproximadamente, 900 mil pessoas, sendo 448 mil mulheres” (ANMIGA, 2021). Já no ano de 2022, o Censo feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística) registrou que “a população indígena do país chegou a 1.693.535 pessoas, a maior parte da população indígena vive no norte (44,48%), e em segundo maior número está o nordeste (31,22%)”.

Isso significa dizer que a resistência dos diversos povos indígenas no contexto brasileiro é uma luta histórica, um longo processo de luta por reconhecimento, autonomia e direito a própria existência, do qual as mulheres indígenas também fazem parte.

Os diversos povos indígenas lutam por reconhecimento público na história nacional, defendendo seu protagonismo como povos originários e ancestrais. Conforme Ailton Krenak, tomando a natureza como locus de interpretação para outras narrativas históricas – “os rios, esses seres que sempre habitam os mundos em diferentes formas, são quem sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral” (2022, p. 11).

Nas sociedades ocidentais, assim como no Brasil, as relações sociais que foram estruturadas a partir de uma concepção de modernidade, e difundidas com base no

patriarcado e em preceitos machistas<sup>6</sup>, levaram à exclusão de diversos grupos sociais, como é o caso dos povos indígenas, no contexto brasileiro, e mais ainda das mulheres indígenas. De acordo com Silva (2015), a colonização europeia, com sua estrutura fundada na cultura patriarcal, provocou, de certo modo, o silenciamento das mulheres indígenas, na tentativa de obstruir a luta dessas mulheres em defesa dos seus direitos, tais como o direito à liberdade e à autonomia dos seus povos. Logo, percebemos os impactos negativos da colonização sob os descendentes dos nativos da terra.

No Brasil, apesar do movimento feminista está em ação pelo direito das mulheres em diversas pautas, especialmente no que se refere à participação social e política, foi apenas no final do século XX que se teve notícia sobre os movimentos das mulheres indígenas.

Os anos 1990 trouxeram uma novidade: a institucionalização das demandas por igualdade e respeito às diferenças de gênero no meio indígena brasileiro. Desde o fim da década de 1980 as mulheres indígenas têm participado — de modo cada vez mais consistente — de reuniões nacionais e internacionais. Ao reunir mulheres de diferentes povos, esses novos espaços de discussão contribuíram para a troca de experiências e conhecimentos; propiciaram meios para o fortalecimento e a consolidação de suas organizações; bem como vêm fortalecendo a capacidade de setores do movimento de mulheres indígenas para participar e exercer o controle social na esfera pública. (Verdum, 2008, p.10)

Uma das mulheres indígenas pioneiras nesse movimento, Eliane Lima dos Santos (Eliane Potiguara), participou do movimento indígena desde a década de 80, e teve papel fundamental no crescimento dessa luta indígena, foi através do seu constante ativismo juntamente com outras lideranças que ocorreu o desenvolvimento do movimento indígena, principalmente para acabar com a questão da tutela indígena.

Como dito, as mulheres indígenas foram invisibilizadas socialmente, algo não muito diferente do que aconteceu com as comunidades indígenas no geral, porém com mais rigor. Por isso, o ativismo feminino indígena difere em alguns pontos do feminismo hegemônico, historicamente alavancado pelas mulheres brancas do ocidente colonizador. As mulheres indígenas lutam por transformações que viabilizem os direitos de suas comunidades tradicionais, reconhecendo suas culturas, seus direitos sociais, políticos, territoriais e, portanto, ancestrais.

---

<sup>6</sup> O machismo é um conceito expresso por opiniões e atitudes, que se opõe à igualdade de direitos entre gêneros, favorecendo o gênero masculino em detrimento do feminino (POLITIZE, 2019).

De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos<sup>7</sup> (INESC), organização não governamental brasileira, fundada em 1979 – as mulheres indígenas buscam um espaço para discutir e fortalecer as suas organizações para que assim tenham *lugar de fala*, não só dentro de suas comunidades, mas também no espaço público, político e social, de modo geral. De acordo com Verdum (2008, p. 9-10), sobre as pautas das mulheres indígenas no contexto brasileiro:

Ao mesmo tempo em que passam a participar das discussões e das campanhas reivindicatórias mais gerais dos indígenas com o Estado brasileiro (como o direito territorial; o direito à saúde; o direito à educação escolar adequada; o direito a um ambiente saudável; o direito ao controle e à autodeterminação sobre os recursos naturais e à biodiversidade localizada nos seus territórios; o direito à proteção e ao apoio dos órgãos do Estado de defesa dos direitos humanos), as mulheres indígenas trazem novas pautas e preocupações. Enriquecem o debate interno do movimento, trazendo para o coletivo as avaliações e demandas dos espaços específicos em que atuam como mulheres. A violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas, são inseridos pelas mulheres indígenas no seio do movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas.

Assim, mesmo com as articulações e as organizações que também contemplam as mulheres indígenas, como é o caso da Marcha das Mulheres<sup>8</sup>, faz-se necessário trazer pautas reivindicatórias que sejam inerentes aos anseios das mulheres indígenas, de modo que estas demandas acabam também por enriquecer os espaços de debates e construção das políticas públicas, com as chamadas “pautas mais urgentes”, tais como a educação indígena, a delimitação de terras indígenas e o combate à violência geral contra os povos indígenas.

---

<sup>7</sup> O Inesc atua como facilitador, colaborando para simplificar o entendimento do orçamento público pela população. Prepara jovens, adultos e movimentos sociais para compreenderem esse importante instrumento de distribuição do dinheiro público e, a partir daí, fiscalizar e cobrar o poder público. Dessa maneira, essas pessoas podem exigir do Estado o respeito aos seus direitos fundamentais (INESC, 2019).

<sup>8</sup> A primeira Marcha das Mulheres aconteceu no ano de 2000, tendo como chamado “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e violência sexista”. Desde o seu lançamento, a Marcha das Mulheres cresceu muito no Brasil. Recorda-se que a inspiração para a criação da Marcha das Mulheres partiu de uma manifestação realizada no Canadá, onde as mulheres marcharam cerca de 200 quilômetros, pedindo simbolicamente pão e rosas, como uma crítica ao sistema capitalista, alcançando, ao fim, conquistas como aumento salarial, economia solidária e direitos para as mulheres imigrantes. (Associação Brasileira de Imprensa, 2010).

A ativista Linda Terena (do povo Terena)<sup>9</sup>, em entrevista ao blog Lado M (2017)<sup>10</sup> sobre o papel da mulher indígena em suas comunidades ressalta que:

A nossa bandeira de luta é outra. Quando reivindicamos algo não é somente para nós, mulheres, mas sim para a comunidade em geral. A busca da melhoria da saúde e pela demarcação territorial são a mesma coisa. Por mais silenciadas que as mulheres estiveram no pós-colonização, hoje elas estão aí nas mais variadas esferas públicas, na busca pelo bem-viver como garantia da sobrevivência e manutenção de seu povo.

No contexto atual, a existência dessa pauta das mulheres indígenas ocupando espaços que levem as suas comunidades a terem relevância política e social, é, de maneira singular, um grande avanço, se comparado ao espaço ocupado pela mulher indígena dos anos 80 e 90, quando a luta por direitos era, majoritariamente, pautada pelos homens indígenas, que deixavam a participação das mulheres indígenas em segundo plano.

Representando grandes rupturas e pequenos avanços históricos, em âmbito privado e público. O primeiro quando, por exemplo, uma mulher indígena se empodera e dissemina a força da mulher dentro de suas comunidades e aldeias revelando uma ruptura com os desdobramentos do patriarcado, como o paternalismo dentro da comunidade. E esse empoderamento se desloca, conseqüentemente, para o âmbito privado no instante em que essas mulheres passam a interferir na construção do espaço político e organizacional. (Duarte, 2017, p. 35- 36)

Com isso, essa participação ativa da mulher indígena frente aos debates e manifestações que pautem os direitos das suas comunidades vem inseri-la e afirmá-la em um contexto de luta e resistência, fissurando o patriarcado em sua ideologia social e constituindo novos espaços de manifestações eco-políticas nas sociedades indígenas.

Sabendo que o gênero feminino ainda é considerado como “sexo frágil” e que ser indígena a condiciona a uma invisibilidade social ainda maior, a mulher indígena tem que lutar duas vezes pela quebra desses estereótipos para garantir que seu direito como mulher e como indígena seja respeitado, garantido e preservado. Por isso, a importância da mobilização das mulheres indígenas que englobe assuntos gerais e de interesse mútuo, em suas respectivas comunidades de origem.

---

<sup>9</sup> Os Terena são um povo indígena falante de língua Aruak. Atualmente, habitam Terras Indígenas em dois estados brasileiros (Mato Grosso do Sul e São Paulo). Dados do Censo de 2010 apontam para a existência de 28.845 indivíduos Terena no Brasil, sendo que 985 vivem na região sudeste. (CPISP, 2022).

<sup>10</sup> Entrevista ao blog Lado M, disponível em: <http://www.siteladom.com.br/feminismo-indigena/>. Acesso em: 20 ago. 2022

Continuamente, as mulheres indígenas têm buscado estratégias para se articular enquanto movimento de mulheres indígenas, respeitando as diferentes etnias em âmbito nacional, com o intuito de promover a luta permanente contra todas as formas de etnicídio, seja de ordem material ou imaterial, e contra as violências explícitas e simbólicas praticadas contra os povos indígenas brasileiros.

O corpo-território é a cosmovisão ancestral das mulheres originárias da terra, em que o corpo da mulher indígena está em franca sintonia com o território habitado, adubam-se como terra, rizomatizam-se como raízes, fecundam-se como sementes, confluem-se como água e, portanto, onde uma está presente, todas estarão de alguma forma representadas nesses elementos eco-ancestrais. Elas estão conectadas pela marca da coletividade, da sabedoria das anciãs, da ancestralidade, da espiritualidade e da resistência – “somos terra, raízes, sementes e água, conectadas com a nossa ancestralidade e atuando no tempo presente para a garantia da vida, não somente para nós, mas por todas e todos” (Baniwa, 2023, p. 5).

Devido às diversas violências de raça/etnia e gênero sofridas pelas mulheres indígenas, a sua participação foi suprimida na busca pelos seus direitos básicos, deixando apenas a figura masculina como responsável pela manutenção das suas comunidades. Essa denominação de corpo-território flui por razão à atuação da mulher indígena pela preservação do território, e para aludir seu papel na história e na luta indígena, ligando o corpo da mulher indígena e o território, evento marcado pela luta pela preservação do planeta, pela demarcação de terras, pelo cuidado com a natureza e fundindo a alma indígena às consequências da ação humana.

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1992), “a história dos índios não se subsume na história indigenista”. Com essa afirmação, entendemos que a luta da mulher indígena para atuar e ocupar espaços sociais, a partir de suas vivências nas comunidades indígenas, possui um longo caminho histórico. Como sabemos, essa busca não é apenas por igualdade, mas por mais participação ativa e representatividade, demarcando a resistência e a luta por seu corpo-território. Os estudos recentes sobre a história indígena, vêm buscando (re)escrever suas experiências enquanto povos originários, responsáveis ancestrais pela manutenção dos territórios e ecossistemas.

No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo

dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados. Com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios índios e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas, levando em conta os interesses e significados diversos das atuações políticas, socioeconômicas e culturais dos vários atores em contato. (Almeida, 2012. p. 22-23)

No caso das mulheres indígenas, há inextricável necessidade de rever os seus papéis perante suas comunidades e nos meios sociais de modo geral, em busca de desvincular as imagens de inferiorização e de caráter sexual historicamente atribuídas a essas mulheres, que as definiam como objetos fáceis de manipulação sexual, diante do colonizador. Essa narrativa perdurou por muito tempo, sobretudo pelos estigmas impostos por uma cultura da colonização.

Na história dos povos indígenas sempre houve a importante participação das mulheres. E no movimento indígena também. Por isso é fundamental reconhecer que a luta destas mulheres por respeito e dignidade nas relações de gênero deve ser entendida como uma contribuição ao movimento, pois para descolonizar é necessário romper com toda situação de violência e injustiça contra as mulheres. Refletimos em nossos encontros como as mulheres estão situadas no caminhar do movimento indígena e como vamos romper com a cultura da colonização presente até hoje em nossas terras. (Ramos; Silva, 2015. p. 11)

Para além disso, é importante destacar que em diversos aspectos, inclusive do ponto de vista do direito legal, as mulheres indígenas, em seu contexto histórico, não usufruem de igualdade social, por isso buscam questionar por quais razões as leis não as contemplaram em suas especificidades, enquanto mulher indígena, considerando toda a carga histórica de violências imputadas a elas.

Os direitos e a garantia da mulher indígena brasileira divergem da realidade sobre o que está em vigor para as mulheres que vivem na sociedade [de modo geral], pois a diferença exorbitante é de que as mulheres indígenas não têm voz para garantir os direitos que abrange em direitos à proteção, proteção à violência e de território. (Rodrigues, 2019, p. 20)

Diante desse problema, um movimento de mobilização impulsionado por mulheres indígenas de diferentes etnias vem, desde meados do século XX, semeando seus ideais de sociedade pluriétnica e pluricultural para o reconhecimento das manifestações socioculturais historicamente presentes em suas comunidades e, sobretudo, pelo direito de existir. Evidenciamos que, atualmente, algumas lideranças indígenas femininas tornaram-se (e continuam tornando-se) referências para outras mulheres de diversas



etnias e gerações, contribuindo com importantes mobilizações para promover o debate eco-político, a participação coletiva de seus povos e garantir a efetivação de seus direitos. O direito visto como coletivo, para garantia do corpo-território.

As mulheres indígenas sempre tiveram participação na história de luta e resistência dos seus povos, tendo papéis fundamentais no desenvolvimento de suas comunidades, principalmente para remodelar a atuação de outras mulheres indígenas em diversas áreas, dentro e fora de seus territórios de origem.

A coletânea *Mulheres Indígenas da Tradição*, organizada por Nayara Tayná Leite Silva (2015), entre outras mulheres indígenas e não indígenas, traz diversas narrativas que abordam as experiências dessas mulheres em seus processos coletivos, em Pernambuco, região Nordeste do país.

De acordo com Silva (2015, p. 7-8) é importante destacar que,

Pernambuco é o quarto estado brasileiro com maior número de indígenas, o censo do IBGE (2010) aponta para uma população de 53.284 indivíduos, divididos entre 12 povos que habitam 14 territórios, são eles os povos Xukuru, Kapinawá, Kambiwá, Fulni-ô, Tuxá, Pankararu, Entre Serras, Pankaiwká, Pipipã, Truká, Pankará e Atikum. As mulheres representam 50,4% da população (MS/SESAI/SIASI – 2013) e os gráficos etários do IBGE (2010) informam que a maior parte das mulheres está situada entre a faixa etária de 05 a 34 anos, ou seja, trata-se de uma população feminina jovem. Além de uma presença demográfica significativa, na atualidade, para pensar o processo de reconhecimento das mulheres indígenas é necessário considerar que suas reivindicações são de ordem comunitária e também oriundas de demandas individuais e específicas. Isto porque são vítimas das violências decorrentes da falta de regularização dos territórios tradicionais e dos empreendimentos do grande capital que afetam a vida de seus povos gerando problemas para a vida coletiva e privada.

Nesse sentido, podemos conhecer ainda mais as contribuições dessas mulheres para defender o seu corpo-território, suas demandas de gênero e étnica, portanto, enquanto mulheres indígenas no contexto contemporâneo.

Nesse sentido, vejamos como a indígena Ana Olindina da Conceição, do povo Atikum, junto com outras lideranças indígenas, conseguiu garantir direitos básicos para sua etnia:

Ela conta que o cacique Elzo foi atuante na luta junto com o cacique Xicão Xukuru e conquistou muitos direitos ao nosso povo nas áreas da Educação, Saúde e pela demarcação do território. E quando ela entrou como cacique deu continuidade a este trabalho e reforçou essa luta junto com as lideranças do povo. A partir de então Dona Ana foi muito envolvida no movimento indígena, participando das reuniões e de várias viagens para Recife e Brasília. O resultado do seu

comprometimento com o povo foi a conquista da homologação da Terra Indígena Atikum, em 16.290 hectares, no ano de 1996. (Silva, 2015, p. 17)

Por diversas violências praticadas pelos europeus colonizadores e inúmeras violações de direitos e que, de maneira drástica, estenderam-se ao longo da história, as mulheres indígenas de diferentes povos/etnias se mostraram atuantes e presentes nas lutas essenciais das suas comunidades. Por isso, é de grande importância a visibilidade delas na história do tempo presente, porque são mulheres que estão situadas no presente que continuam lutando pelo direito de existir com dignidade e respeito. Lembrar para não esquecer é fundamental na história da colonização no Brasil, além de permitir que se reavaliem os impactos desastrosos na história dos povos indígenas em todo território nacional.

O Brasil nasce do estupro dos corpos das mulheres e das meninas indígenas, e, para as mulheres indígenas, essa realidade histórica persiste, seja na nossa memória coletiva, seja na realidade, tendo em vista que a maioria das violências e violações que sofremos decorre dos grandes projetos desenvolvimentistas que seguem adentrando em nossos territórios, assim como no passado. (Fernandes, 2020, p. 195)

Neste contexto, é importante retratar o quão complexa é a construção de uma sociedade que compreenda as lutas, reivindicações, e pluralidades dos povos indígenas.

Conforme Edson Kayapó e Tamires Brito (2015, p. 40),

A negação do pertencimento, as diversas formas de discriminação, o silenciamento e o escamoteamento da violência histórica contra os povos indígenas estão expressos na composição das memórias ou no esquecimento a que tais povos foram condenados. Tal constatação sinaliza para o fato de que a memória (e o esquecimento) é um campo minado pelas contradições socialmente produzidas.

Entende-se que as violações que os povos indígenas enfrentam há mais de 500 anos provocaram incontáveis inumanidades e que essa ocupação violenta acarretou imensuráveis opressões para as mulheres indígenas, em um contexto completamente ligado a princípios patriarcais, que interferiram negativamente nos costumes, tradições, normas e, conseqüentemente, na participação da mulher indígena enquanto sujeitos históricos.

A invisibilidade e silenciamento da contribuição das mulheres nas lutas por liberdade, autonomia e direitos é consequência do patriarcado

persistente, pois os povos indígenas não estiveram isentos dos efeitos nefastos da colonização. Isso tem reflexo na ausência de muitas personagens femininas na história dos povos indígenas, na qual o destaque continua sendo dado aos homens. Sem questionar ou dispensar a importância desses homens indígenas, pouco se sabe e se registrou sobre a significativa participação das mulheres nas insurgências indígenas do país. Tal realidade demonstra como os vários tipos de registros históricos impõem o seu caráter patriarcal nos contextos das lutas indígenas, ocultando a presença feminina na construção pluriétnica brasileira. (Leal; Schillaci, 2015, p. 7)

Deste modo, compreendemos a importância da participação da mulher indígena nesse processo de intervenção e reconstrução dos princípios indígenas, buscando autonomia para suas comunidades. Entendemos a mulher indígena como sujeito ativo para dimensionar debates, decisões e ocupar espaços que antes eram ocupados por brancos, ou, em raras vezes, por homens indígenas, assim fortalecendo o movimento feminino indígena e contribuindo ativamente para o desenvolvimento de suas comunidades.

## **2.1 Estereótipos atribuídos às mulheres indígenas**

Ao longo do tempo, na maioria das sociedades (patrilineares) sempre houve uma perspectiva masculina, sobretudo em torno da organização social e da política, ocasionando um afastamento das mulheres desses setores decisivos da sociedade e a consequente desvalorização dessas. Como sabemos, os povos indígenas não são, por princípio ancestrais e cosmogônicos, adeptos à cultura ocidental hegemônica, branca, masculina e de base cristã, mas faz-se necessário ressaltar que a cultura eurocolonizadora difundiu uma ordem das coisas, a partir dos seus princípios, e que, em certa medida, também atravessou as relações sociais e de gênero nas sociedades indígenas, de modo que as mulheres indígenas também ficaram silenciadas, em razão das hierarquias socioculturais predominantes.

Dessa forma, é oportuno afirmar que a violência de gênero patriarcal esteve presente também nas comunidades indígenas, uma vez que determinadas decisões políticas e culturais não contavam com a participação das mulheres, que eram excluídas do processo de tomada de decisões e participação efetiva no interior das suas comunidades, embora, atualmente, algumas mulheres já ocupem status de representação, participação e até mesmo de liderança.

Denota-se ainda que durante séculos as mulheres nativas eram tidas como objeto sexual, conforme observamos nos relatos dos colonizadores portugueses que as caracterizavam a partir de suas feições ou por andarem nuas, ensejando certos desejos nos homens, segundo os relatos. Em Casa Grande e Senzala (2003), o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre mostra essa concepção machista e sexista acerca das mulheres indígenas, no período do Brasil Colonial.

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. [...] As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (Freyre, 2003. p. 130)

É por meio dessas narrativas distorcidas do passado, formuladas a partir do olhar dos colonizadores europeus sobre as mulheres indígenas, que há tempo elas têm reivindicado e construído outras narrativas, buscando protagonizar, nas redes sociais, um movimento de ação política para enfrentar os estereótipos que historicamente as atingem, buscando demonstrar para a sociedade de modo geral, assim como para suas próprias comunidades, o ativismo eco-político como forma de resistência, buscando demarcar seu lugar no mundo, não apenas como mães, esposas, mas também como ativistas e políticas, capazes de se defenderem e de lutarem por seus povos.

Logo, tem-se que esse sistema patriarcal, incorporado em toda uma sociedade, abrange também a comunidade indígena, como visto anteriormente. Nas palavras de Bourdieu (2021, p. 26):

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão do trabalho.

Conforme visto, o estereótipo atribuído à mulher, e sobretudo à mulher indígena, vem de séculos de um mundo recriado e hierarquizado à imagem e semelhança euro-colonial, onde o homem estava (está) na posição superior e as mulheres na condição de subalternizadas e tuteladas por eles, em que suas decisões são tomadas por seus pais, esposos, irmãos ou qualquer homem que tenha alguma ligação com elas.

Portanto, esse despertar da mulher indígena sobre seu direito à voz, a tomar suas próprias decisões e escrever suas próprias histórias, tem sido um avanço relevante na

sociedade contemporânea. Entretanto, é importante lembrar que, apesar de existirem mulheres que se apresentam como “porta-vozes”, não é em todas as comunidades que isso acontece, e, assim, essas mulheres ainda enfrentam muita resistência para assumir um lugar de liderança.

O associativismo das mulheres indígenas ainda esbarra em problemas de várias ordens: estruturais, como a dificuldade técnica em captar recursos para a manutenção das organizações e das próprias lideranças e de ordem de legitimidade, uma vez que elas têm que disputar espaço fora e dentro das organizações maiores, onde seu espaço político ainda é precário e necessita de fortalecimento. Apesar da criação dos departamentos e organizações de mulheres indígenas dentro ou fora das organizações já ter se tornado relativamente comum, as indígenas ainda ressentem-se de dificuldades em serem reconhecidas como lideranças dentro das organizações, uma vez que seu capital político – a representatividade de um segmento tradicionalmente ‘invisível’ na arena política – é de origem distinta da dos homens. (Justamand, 2012, p. 99).

Posto isso, levando em consideração o atual ativismo eco-político das mulheres indígenas nas redes sociais, tem-se que determinados problemas, sejam de ordem estrutural, organizacional, de liderança ou de legitimidade, perduram até os dias atuais. Isso porque há ainda um reflexo da desvalorização da mulher indígena gerado por meio de uma violência de gênero, patriarcal e étnica, compulsoriamente implantada no cerne das comunidades indígenas, sendo também reflexo do processo colonizador e etnocida da modernidade europeia.

## **2.2 Organizações das mulheres indígenas brasileiras**

A pauta feminina indígena se diferencia bastante do feminismo tradicional, mas, como todo movimento social, esse tem suas causas próprias, formando suas próprias organizações. Esse empoderamento das mulheres indígenas foi o responsável pelo surgimento de departamentos que objetivam ecoar as vozes das mulheres indígenas por todo o Brasil. De acordo com Sônia Guajajara:

Existe um feminismo indígena, mas do nosso jeito. Talvez esse termo não seja o mais adequado para a nossa realidade. O Feminismo soa radical, longe da gente. Mas temos sim buscado protagonismo dentro das aldeias e fora, nas nossas lutas, procurando visibilidade. Hoje, mulheres têm assumido os principais cargos dos movimentos indígenas estaduais e regionais. Uma vitória nossa, mas que contou também com o entendimento e os votos de muitos homens para acontecer. Para a gente,

esse é o nosso feminismo: se empoderar e assumir o protagonismo. (Guajajara, 2017 apud Hollanda, 2018, p. 302)

De acordo com Ângela Sacchi (2003), desde a década de 1980 já existiam instituições exclusivas das mulheres indígenas, como é o caso da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracúá, Rio Uaupés e Tiguié (AMITRUT).

Atualmente, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2020), existem no Brasil cerca de “85 organizações de mulheres indígenas, e sete organizações indígenas que possuem departamentos de mulheres”<sup>11</sup>.

Essas organizações de mulheres indígenas estão presentes em 21 estados no Brasil, concentrada na Região Norte, sendo o maior número no Amazonas. A maioria dessas organizações trabalha ativamente em seus estados, mas também participa de encontros com instituições de outros estados nos quais discutem sobre suas pautas gerais. Por meio das redes sociais, esses encontros foram se expandindo cada vez mais, facilitando a comunicação e a interação coletiva.

Apesar das diversas instituições de mulheres indígenas existentes no Brasil, foi apenas numa reunião do Acampamento Terra Livre, em 2019, que estas mulheres decidiram se reunir e assim assumir o papel de reivindicar seus direitos. Com isso, teve início a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, que reuniu no mesmo ano cerca de 3 mil mulheres em Brasília, na luta pelas suas terras, seus povos e corpos, e, desde então, acontecem encontros anuais de mulheres indígenas de diversas etnias e regiões do país.

Em 2020, diante do caos instaurado em suas terras em decorrência da pandemia do Covid-19, do abandono dos governantes, e até mesmo da própria antiga FUNAI<sup>12</sup>, estas mulheres embarcaram em uma luta contra a opressão e o descaso. Através das redes sociais, levantaram as suas vozes em busca de direitos básicos.

Grupos de mulheres indígenas foram protagonistas de algumas iniciativas de enfrentamento a Covid-19, como a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX-Mulher) que levantou recursos diversos para conseguir alimentos e materiais de higiene para as comunidades indígenas. A Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes também buscou auxílio para confeccionar máscaras para os povos indígenas do Amazonas. A Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) conseguiu cestas

---

<sup>11</sup> Ver anexo B.

<sup>12</sup> Em 2023, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas pelo Governo Federal e, por solicitação de organizações sociais indígenas, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) adquiriu nova denominação, passando a ser Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

básicas para as famílias das mulheres indígenas de Rondônia, entre muitas outras instituições que deram apoio efetivo para esses povos, no contexto da pandemia no Brasil.

Muitas destas mulheres participaram ativamente dessa mobilização, buscando melhorias para as suas comunidades, não apenas nas redes sociais, mas também através da política partidária, como fizeram Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, entre outras. Já em 2022, por ocasião das eleições, elas obtiveram êxito no processo eleitoral, sendo eleitas deputadas federais pelos Estados do Maranhão e São Paulo, respectivamente. Em termos simbólicos, ambas fazem parte da “bancada do cocar”, como costuma dizer publicamente Célia Xakriabá, lutando pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. Com essa nova configuração na política (no Congresso Nacional, notadamente) em que se vê a presença marcante das mulheres indígenas em cargos de poder (no âmbito da política representativa), tem-se reivindicado o direito de existência e respeito aos povos originários, assim como o reconhecimento à pluralidade étnico-cultural brasileira.

Diante do exposto, outra importante conquista política no campo da representação das mulheres indígenas foi/é o cargo ocupado por Joenia Wapichana como nova presidente da FUNAI. Ela é referenciada como a primeira indígena a se formar em Direito no Brasil, primeira representante indígena feminina na Câmara dos Deputados<sup>13</sup> e a primeira pessoa indígena a presidir a FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas, em 2023.

### **2.3 Movimento das mulheres indígenas nas redes sociais**

Como visto, as redes sociais se transformaram atualmente na maior plataforma de divulgação de manifestações midiáticas nas quais se tenta evidenciar as causas sociais e onde também se inserem os povos indígenas. Cotidianamente, os povos indígenas buscam novas formas de resistência e, por conseguinte, têm encontrado nas redes sociais um campo fértil para novas sementeiras de resistência.

Os indígenas, ao fazerem parte desse universo digital, o utilizam como cenário para reivindicações, anseios e lutas, muitas vezes reforçando o discurso pela preservação das tradições culturais. Eis que surge o ciberativismo indígena, isto é, mesmo estando em espaços diferentes, provocados pelo digital, os indígenas compartilham, na sua grande maioria, dos mesmos pensamentos. (Junior; Rocha, 2019, p. 9)

---

<sup>13</sup> Deputada Federal, do Brasil, no período de 2019 a 2023.

Na sociedade em geral, são quase inexistentes os espaços ocupados pelos indígenas, mas, mesmo assim, com o passar do tempo, eles têm demonstrado que são protagonistas de suas histórias, buscando defender seus direitos historicamente usurpados, tanto por agentes públicos (o Estado), como por agentes privados (grandes empresas, sobretudo o agronegócio, desmedido pelo capital financeiro e danoso ao ecossistema, em território nacional e global). Nesse sentido, as mulheres indígenas começaram a se movimentar nesses territórios de disputas, na esteira dos movimentos de mulheres não-indígenas, apresentando e reivindicando suas próprias pautas de resistência e existência.

Em busca de reivindicar seus direitos e alcançar mais apoiadoras/es, as mulheres indígenas têm papel fundamental nas redes sociais, desempenhando a função de liderança junto aos seus grupos, chamando a atenção de outras comunidades indígenas, como também da sociedade em geral. É através das redes sociais, especialmente do *Instagram*, que elas têm ocupado lugares de representação social, como dito, participando ativamente das pautas eco-políticas nas redes sociais.

Em contrapartida, por conta das relações de poder balizadas no patriarcado, a mulher indígena sempre foi vista com um olhar sexualizado e/ou como subalterna. Quando elas começaram a destacar nas redes sociais, viram nesse espaço campos de oportunidades e condições de dar mais representatividade às suas lutas, sejam pautadas em gênero ou na própria comunidade indígena.

Assim, como visto, a participação feminina indígena tem ocorrido cada vez mais nos espaços públicos, buscando contribuir com as pautas dos direitos para todos e todas, na cosmovisão do corpo-território, abrindo espaço para os debates de temas que vão do conceito de família até assuntos sobre os/as indígenas na política de modo geral e na governança, dessa forma possibilitando que outras mulheres saiam da invisibilidade social, política e cultural.

Em 2020, aconteceram diversas mobilizações de mulheres indígenas nas redes sociais, já que, devido à pandemia do Covid-19, não foi possível a realização de encontros presenciais. Com isso, estas reuniões foram realizadas de forma virtual. Assim, reuniram-se mulheres indígenas de diversas etnias/povos em diversos lugares do mundo, em busca de melhorias para suas comunidades, na promoção de políticas públicas de saúde que abrangessem os povos indígenas no contexto da pandemia.

Atualmente, um dos principais movimentos de mulheres indígenas é a Marcha das Mulheres Indígenas, realizada anualmente, entretanto no ano de 2020 esse encontro



presencial não ocorreu. Em vez disso, foi realizada uma assembleia virtual que teve como tema *Mulheres Indígenas: O sagrado da existência e a cura da terra*, que deu início a diversos projetos indígenas das mulheres nas redes digitais.

Entre esses movimentos, está a *Live Cura da Terra*: encontro global de mulheres indígenas, realizada no dia 05 de setembro de 2020, que reuniu mulheres indígenas de locais diferentes de todo o mundo. Nessa reunião, elas buscaram compartilhar vivências, ações e discutir medidas para conter os impactos da Covid-19 e as alterações climáticas.

A Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) promoveu, durante o ano de 2021, inúmeros encontros virtuais de mulheres indígenas, nos quais temas específicos sobre a temática indígena foram debatidos. Através do *Instagram @anmigaorg*, ocorreram diversas articulações para esses encontros virtuais.

No dia 8 de março de 2021, iniciou-se uma mobilização que teve como tema: *As Originárias da Terra – A mãe do Brasil é indígena*. A atividade perdurou por todo o mês de março, dando ênfase a debates sobre a igualdade de gênero. Mulheres indígenas de diferentes biomas encontraram-se virtualmente, dando nome às *lives* realizadas conforme suas regiões e suas pautas. Mulheres da Amazônia: *Live Mulheres Árvores*; Mulheres de Mata Atlântica, Caatinga e Pampas: *Live Mulheres Sementes*; Mulheres do Cerrado e Pantanal: *Live Mulheres Água*.

O Acampamento Terra Livre, que já havia ocorrido de forma virtual no ano de 2020 por conta da Covid-19, retomou seus passos no ano de 2021, também virtualmente, tendo como tema *Á-VOS-Z DA TERRA: heranças que ecoam*. No dia 26 de abril de 2021, o evento foi presidido por mulheres indígenas, que tiveram seu lugar de fala em um movimento online tão importante para as sociedades indígenas.

Em 2022, estas ações realizadas de forma *online* avançaram de modos diferentes por meio das redes sociais. No *Instagram*, diversas mulheres indígenas relataram os problemas enfrentados em suas comunidades por conta de invasores de terras, presença de mineradores ilegais em terras indígenas, estupros e mortes dos seus povos, por falta de políticas de proteção de seu corpo-território.

O *Instagram* serviu também como instrumento para que os povos indígenas fizessem suas campanhas políticas, reunissem eleitores e explanassem suas propostas. Foi através da plataforma que eles conseguiram alcançar e interagir com um número maior de pessoas, e foram capazes de defender seus projetos para que assim participassem ativamente da política. Em 2022, engajadas em propostas que defendiam o meio ambiente, a democracia e o combate ao racismo, Sônia Guajajara e Célia Xakriabá

praticaram ativamente o marketing político no *Instagram*, contribuindo para a articulação política nas redes sociais e nas eleições, sendo eleitas deputadas federais<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Ver anexo C.

### 3. ATIVISMO ECO-POLÍTICO DE MULHERES INDÍGENAS NAS REDES SOCIAIS

Com a era digital, surgiu a necessidade de conectar assuntos em comuns a diferentes pessoas, além de novas formas de interação social, nas quais ideias e opiniões convergentes acabam se transformando em novas pautas (ou até mesmo antigas reivindicações), cujo lócus de atuação tem sido as redes sociais, como campo de manifestações *online*, que servem também como ferramenta/meio para reivindicar direitos, constituindo-se em espaços para denunciar injustiças, violências, violação de direitos, negligências com grupos historicamente discriminados, entre outras questões do mundo real e/ou midiático.

Essas novas formas de protestos, que envolvem as redes sociais, são denominadas de ciberativismo. É por meio desse movimento em rede que atualmente se organizam manifestações e se chama a atenção dos grandes portais e dos governantes para as causas sociais que precisam de atenção imediata. Segundo Regina Maria Marteleto (2001, p. 73),

As redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre seus participantes. Entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento das redes estão os assuntos que relacionam os níveis de organização social-global, nacional, regional, estadual, local, comunitários. Independentemente das questões que se busca resolver, muitas vezes a participação em redes sociais envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões.

Por conta disso, essas redes conseguem transformar pessoas comuns em manifestantes ativos, que se engajam em causas que são de interesse mútuo da sociedade. Esse ciberespaço é capaz de reunir manifestantes de forma mundial, fazendo pautas locais alcançarem grandes proporções e dando maior visibilidade para essas manifestações.

É por meio das redes sociais que se pode ter uma reciprocidade midiática de diferentes lugares. Esses receptores de informação se comunicam com os criadores do conteúdo postado em rede e assim se cria um grupo de atuação, de divulgação nos quais se reúnem pessoas que se interessem pela mesma causa, tendo suas pautas levadas para o mundo real. De acordo com Manuel Castells (2005, p. 23),

Os sistemas de comunicação mediáticos criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores coletivos de informação, mesmo quando a informação final é processada por cada indivíduo de acordo com as suas próprias características pessoais.

Existem inúmeros debates acerca do alcance que essas mídias possuem sobre a vida das pessoas, sobretudo daquelas que possuem menor visibilidade social, diante da realidade que a sociedade atual vive, como é o caso dos povos indígenas que, através das redes sociais (via internet), tornaram as suas reivindicações pujantes no cotidiano da sociedade não-indígena. Com isso, o ciberativismo é capaz de abranger diversas partes da sociedade, possibilitando um lugar de fala para os historicamente marginalizados, no conjunto da sociedade em que vivemos.

Com o uso do *Instagram*, diversos assuntos da temática indígena ganharam visibilidade. Por meio, sobretudo, das vozes de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, os povos originários estão retomando seu espaço de direito na sociedade que, durante séculos, os excluiu. Essas ativistas, e agora ocupantes de cargos políticos de representatividade, introduziram os debates utilizando anteriormente outra ferramenta, o *Facebook*, e, com o avanço de outros meios de comunicação e interação nas redes sociais, a divulgação das suas reivindicações migraram para o *Instagram*. Esse tópico abordará algumas postagens realizadas nessa rede social por essas duas mulheres indígenas, com a finalidade de inserir a questão indígena no espaço da história pública. De acordo com Serge Noiret (2015, p. 43),

A 'história pública digital' assume como pressuposto metodológico que a história local possa se tornar parte integrante da reflexão acerca dos processos de globalização e de uma comparação de âmbito planetário do que é local, dimensão íntima e mais próxima que interessa, seja aonde for, ao público. Através de uma comparação de casos locais em sua dimensão pública e global, a história digital permite depurar alguns conceitos universais da world history, como os de genocídio ou de ditadura.

Diante de séculos de omissão e de inúmeros direitos negados, essas mulheres indígenas buscam ocupar lugares que antes não lhe eram permitidos. Conseguiram, através das suas lutas, serem reconhecidas como protagonistas das suas vidas e responsáveis por suas escolhas. Apesar desses avanços históricos, estes povos vivem uma realidade de busca constante de respeito aos seu corpo-território.

Atualmente, podemos observar e *seguir* nas redes sociais diversas mulheres indígenas atuando no *Instagram*, dentre as quais destacamos duas mulheres que, nos últimos anos, vivem e debatem ativamente as pautas indígenas, buscando também espaço na política para ecoarem cada vez mais as suas vozes. Sônia Guajajara e Célia Xakriabá

são mulheres indígenas que conseguiram, através das suas lutas de resistência, participação e representatividade, defenderem pautas antigas e atuais referentes aos direitos dos povos indígenas, assim como em prol de toda a sociedade brasileira.

### 3.1 Sônia Guajajara

Sônia Bone de Sousa Silva Santos, do povo Guajajara/Tentehar, que habita nas matas da terra indígena Arariboia, no Maranhão, é uma liderança feminina indígena brasileira que luta pelos direitos indígenas e em defesa do meio ambiente dentro e fora do Brasil. A ativista é formada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UEMA) e é técnica de enfermagem. No ano de 2003, foi eleita coordenadora geral da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), onde foi responsável pela administração das demandas dos povos do seu Estado, em busca de melhorias para os povos indígenas presentes naquele território.

**Figura 3:** Sônia Guajajara em posse no Ministério dos Povos Indígenas, em 1 de janeiro de 2023



Fonte: *Instagram* 2023

Em 2013, Sônia Guajajara começou a participar ativamente dos movimentos indígenas nacionalmente, após sua posse como coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB<sup>15</sup>. Ela foi a principal agente do movimento dos

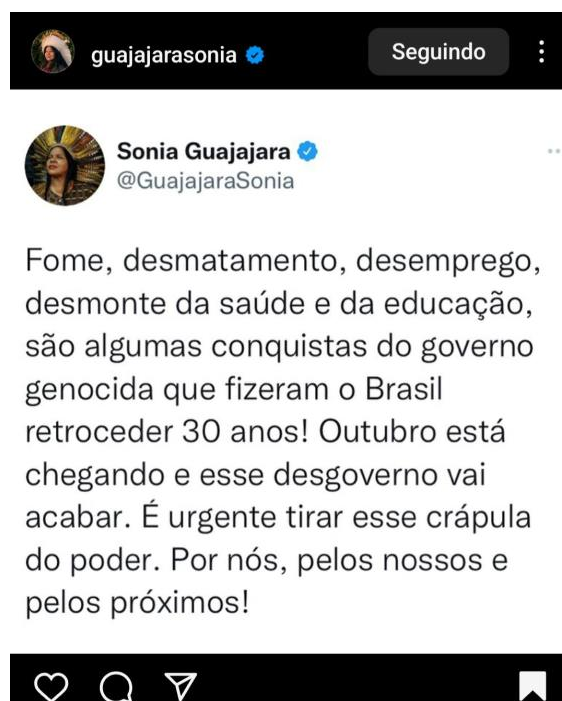
---

<sup>15</sup> A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB é uma instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena no Brasil, que nasceu com o propósito de: Fortalecer a união dos povos indígenas, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país; Unificar as lutas dos povos indígenas, a agenda de reivindicações e a política do movimento indígena; Mobilizar os povos e organizações indígenas do país contra ameaças e ataques aos direitos indígenas.

povos indígenas no Congresso Nacional, defendendo o meio ambiente e se posicionando contra projetos que ferem os direitos dos povos indígenas. Em 2018, foi candidata a vice-presidente pelo PSOL. Já em 2022 foi eleita Deputada Federal do Estado de São Paulo, com mais de 156 mil votos. Devido à sua luta por reconhecimento e pelos direitos dos povos indígenas, em 2023 foi nomeada Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, papel importantíssimo para que as pautas indígenas sejam devidamente levadas em consideração e concretizadas no âmbito da política nacional.

Em sua campanha política, Sônia definiu como pautas defender os povos indígenas e as florestas do Brasil, defender a Amazônia e combater o racismo, entre outras propostas que são importantes para a preservação do meio ambiente. Nesse período, ela criticou abertamente o governo vigente na época e a sua forma de agir para com os povos indígenas e outras pautas que dizem respeito a toda a sociedade. É importante ressaltar que desde a sua candidatura à deputada federal, até assumir o cargo de ministra de Estado, o seu perfil no *Instagram* cresceu significativamente, ganhando novos seguidores/as. Desde sua campanha, o *Instagram* tem sido uma ferramenta muito utilizada por Sônia Guajajara e essa visibilidade permite que mais pessoas fiquem informadas sobre as demandas indígenas e os descasos com esse grupo.

**Figura 4** – Crítica ao governo vigente na época, em 19 de junho de 2022



Fonte: *Instagram* (2022).

Sônia Guajajara sempre teve um papel muito significativo na defesa das questões indígenas, utilizando sua representatividade e visibilidade para alavancar as pautas e demandas das comunidades indígenas, presentes em todo o território nacional. Ativista desde muito tempo, nunca se contentou com a indiferença para com sua comunidade, demonstrando compromisso e dedicação no seu propósito de mulher indígena de luta. Em artigo publicado na Revista Trip (2017), criticou ativamente o governo de Michel Temer<sup>16</sup>, que forçava uma tentativa de retroceder as garantias dos povos originários. A partir disso, Sônia Guajajara denunciou os arquétipos do jogo político que estava vigente naquele período.

A reforma trabalhista, a reforma da previdência social, a entrega de terras para estrangeiros, a redução dos limites das unidades de conservação, a flexibilização da legislação ambiental, o enfraquecimento e o sucateamento da Funai, do Ibama e do Incra, a criminalização de organizações da sociedade civil que nos apoiam na defesa de nossos direitos, a criminalização de lideranças indígenas, a privatização de empresas públicas, o avanço e o financiamento do agronegócio que ilegalmente invade os territórios dos quilombolas, dos ciganos, das quebradeiras de coco babaçu, assim como os territórios de muitas outras comunidades tradicionais. O mesmo agronegócio que, indiscriminadamente, avança sobre a biodiversidade brasileira no Cerrado, na Caatinga, no Pantanal, nos Pampas, na Amazônia: tudo isso é parte do pagamento da dívida para consolidar o golpe instalado no Brasil (Sônia Guajajara, 05 de outubro de 2017).

Na nossa compreensão, ela não estava errada! Os anos seguintes foram marcados por grande desrespeito para com os povos indígenas, já que o governo seguinte (que vigorou de 2019 a 2022) não demonstrou nenhum empenho em dar assistência às demandas dessas comunidades, seguindo os passos do governo anterior, criando projetos que colocaram as terras indígena a mercê do garimpo, nomeando militares para a equipe da FUNAI, e praticando uma escancarada falta de assistência à saúde dos povos indígenas: com a falta de médicos e de vacinas, que não foram destinadas de modo prioritário para as terras indígenas, não somente pelo negacionismo frente à Covid-19, que causou a morte catastróficas nas comunidades, assim como pela prática mesma de uma política das ausências. Em entrevista à revista Ciência e Saúde Coletiva (2021), Sônia Guajajara destacou o monitoramento feito pela APIB para registrar os casos de Covid-19 nas comunidades, que foram subnotificados pelo governo, naquele período.

---

<sup>16</sup> Ex-presidente do Brasil, no período de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Logo no início da parceria [com outros setores], tivemos o entendimento de criar o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena porque começamos a divulgar os dados a partir do que estávamos recebendo das nossas bases, e o governo começou a contestar, dizendo que a APIB estava com dados mentirosos. Então, nós criamos o comitê, que articula as entidades de base da APIB e tem o apoio de Organizações, coletivos e ativistas, inclusive da Academia, como a Abrasco. Nós tivemos ali todos esses profissionais para respaldar os dados que estávamos levantando. Isso foi bem importante para contestarmos o negacionismo do governo. E conseguimos ter respaldo técnico para continuar o levantamento e a sistematização dos dados (Sônia Guajajara, 17 de outubro de 2022).

O destaque dado a esta mulher indígena se deu sobretudo pela sua ativa participação na defesa dos direitos dos povos originários. Sônia Guajajara conseguiu, através do seu constante ativismo eco-político, mostrar as demandas indígenas e fazer ecoar as vozes para que esse movimento seja escutado em todo o mundo, sempre destacando a importância de cuidar do meio ambiente, dos rios, das florestas e mostrando a atuação dos povos indígenas nesse papel de protagonista e guardião do ecossistema, em território nacional.

Em conferência realizada na ONU – Organização das Nações Unidas, especificamente na Cúpula do Clima (2019), Sônia Guajajara discursou sobre os eventos que prejudicavam não apenas o Brasil. Naquele período, a Amazônia enfrentava uma de suas maiores crises, um desencadeamento de queimadas generalizadas. As chamas se espalharam, destruindo a floresta e prejudicando rios, animais e as comunidades que lá vivem.

Por meio de sua voz, Sônia Guajajara buscou apoio internacional para combater esses crimes ambientais, defender o meio ambiente e as comunidades indígenas.<sup>17</sup> Utilizando o *Instagram*, ela tem divulgado sua ação eco-política há mais de 10 anos nas Conferências Mundiais do Clima (COP), pela ONU, levando alertas e denúncias para todo o mundo sobre os povos originários do Brasil e a situação climática calamitosa que vivemos.

A causa indígena não é responsabilidade só nossa e não pode ser defendida só por nós. O benefício de ter o meio ambiente protegido e ter os territórios indígenas demarcados é para a humanidade toda, pensando na água que chega na casa das pessoas, no ar que todo mundo respira e vem da floresta que está em pé. A gente não quer que olhem para nós como coitadinhos, mas que nos enxerguem pela nossa potência de conseguir proteger e preservar tudo isso e garantir a vida para todo mundo. (Sônia Guajajara, 2020)

---

<sup>17</sup> Ver anexo D.



**Figura 5** – Postagem realizada no Dia Internacional da Mulher Indígena, em 06 de set, 2020



Fonte: *Instagram* (2020).

No ano de 2021, a APIB, com coordenação executiva de Sônia Guajajara, gerou um dossiê completo com 55 páginas, denunciando os movimentos anti-indígenas que estavam acontecendo nas instituições governamentais. Esse documento foi apresentado a diversos representantes nacionais e internacionais, no intuito de divulgar as violações praticadas por meio dos discursos do ex-presidente, na época no poder, que desqualificava os direitos dos povos indígenas e contrariava a Constituição Federal de 1988.

Sônia Guajajara criticou ativamente os diversos retrocessos que estavam acontecendo nesse período de 2021, a exemplo da tese do Marco Temporal<sup>18</sup> e diversos projetos de lei que foram aprovados nesse ano. Em fala para o site Mídia Ninja, ela falou sobre as ameaças aos direitos indígenas que foram denunciadas no dossiê da APIB:

Estamos enfrentando esse desmonte de todas as medidas legais, a desconstrução da própria Constituição Federal e de tudo que garante direito territorial e proteção ambiental. Vários projetos no Congresso vão totalmente na contramão de tudo que se conquistou até hoje. Temos lutado para evitar que as medidas sejam aprovadas, porque o PL 490 inviabiliza a demarcação de terra indígena, abre a porteira para o garimpo e o agronegócio. O próprio PL 2323 é a premiação de invasores de terras públicas com a grilagem, e o PL 191 autoriza a mineração em terras indígenas. Estes são os da vez e estamos no encaicho para evitar essa

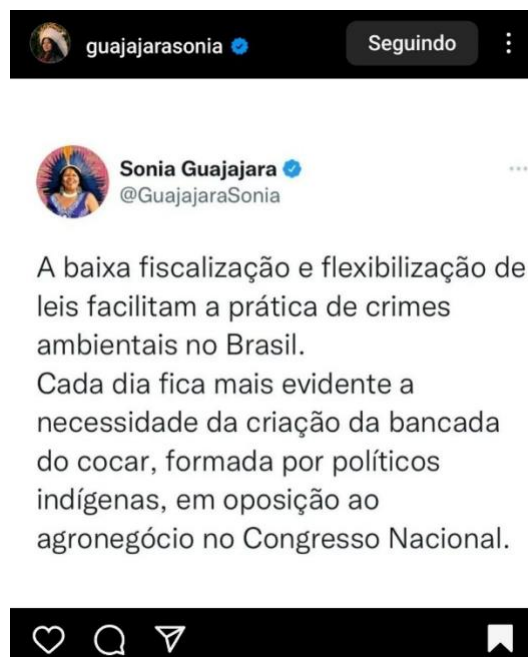
---

O Marco Temporal é uma tese que propõe que **sejam reconhecidos aos povos indígenas somente as terras que estavam ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição Federal** – 5 de outubro de 1988. Como sempre, o objetivo é limitar o direito dos povos aos seus territórios, especialmente àqueles onde ocorreram processos de expulsão ou remoção forçada por conta da expansão da fronteira agropecuária (Greenpeace Brasil, 20 de maio de 2022).

aprovação, porque são medidas totalmente danosas, não só para nós indígenas, mas para todo o meio ambiente. (Sônia Guajajara em 09 de agosto de 2021)

Em um movimento denominado Ato Pela Terra (em 2022), convocado pelo cantor Caetano Veloso, Sônia Guajajara teve participação fundamental ao divulgar em seu perfil no *Instagram* detalhes sobre o movimento que buscou chamar a atenção para o “*pacote da destruição*”<sup>19</sup>. Em fala no evento, ela exigiu que esses projetos não fossem aprovados, levando em consideração que as suas propostas não eram alinhadas com os direitos das populações tradicionais e que elas prejudicam o meio ambiente a curto e longo prazo, aumentando ainda mais a emergência climática.

**Figura 6** – Postagem sobre os crimes contra o Meio Ambiente, em 11 de julho de 2022.



Fonte: *Instagram* (2022).

Em 2022, devido a sua atuação na busca pelas demandas indígenas, Sônia Guajajara foi eleita pela revista *Time* uma das 100 pessoas mais influentes. Isso ocorreu no mesmo ano em que lançou sua candidatura, disputou e ganhou a eleição como Deputada Federal pelo Estado de São Paulo. A líder fez parte ativa na transição de governo e, como dito, tornou-se Ministra pelo Ministério dos Povos Indígenas.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> São projetos de lei que impactam diretamente a Amazônia, os povos indígenas, os direitos humanos, o clima e o meio ambiente em geral. São crimes ambientais que buscam legalização e contribuem para o desmatamento e genocídio das comunidades indígenas. (Mídia Ninja, em 09 de março de 2022).

<sup>20</sup> Ver anexo E.

**Figura 7:** 8 de Março Dia Internacional da Mulher.



Fonte: *Instagram* (2023).

Como mulher indígena na política, Sônia Guajajara ganhou bastante destaque na mídia, e assim vem maximizando e dando prioridade para as demandas indígenas. Como Ministra dos Povos Indígenas, ela se coloca como linha de frente no combate aos crimes cometidos contra os povos originários, restabelecendo também os direitos renegados pelo antigo governo e seus aliados, conseguindo parcerias para atender às necessidades desses povos e abrindo espaço para que mais mulheres indígenas façam parte de cargos políticos e públicos. Em postagem no *Instagram* escreveu:

As mulheres indígenas têm o direito a uma vida digna e feliz e para que isso ocorra é preciso que cada vez mais mulheres indígenas ocupem espaços decisórios e de poder. É preciso termos cada vez mais um número maior de mulheres indígenas representando suas populações, penando políticas públicas, escrevendo leis, julgando processos. Precisamos repensar a política, repensar e reconstruir a sociedade brasileira, mas para isso é preciso que haja abertura para a diversidade e a diversidade está aí batendo na porta. Não existe mais qualquer possibilidade de sucesso nas políticas se não for pelo caminho da diversidade. (Sônia Guajajara, 2023).

Em sua vida como mulher indígena, Sônia Guajajara não esperou melhorias para o seu povo. Com seu cocar, sua voz e sua força política buscou sempre trazer as reivindicações dos povos indígenas à cena pública, mostrando os problemas enfrentados historicamente pelos seus/nossos ancestrais. Iniciou um debate coletivo ainda em sua comunidade, expandiu os horizontes e foi ativa em diversas organizações dos povos

indígenas do Brasil. Em 2023, conseguiu, através da política, ampliar seu espaço de fala. Ao tornar-se Ministra dos Povos Indígenas, conquistou o lugar de direito na sociedade brasileira contemporânea. Sônia Guajajara ainda tem um longo caminho a percorrer, até combater o preconceito e os diversos crimes que são cometidos contra os povos originários, mas, com seu trabalho, dedicação e ativismo eco-político, tem feito ecoar as vozes e representar os cocares e, portanto, não está sozinha: assim como ela, outras mulheres poderão romper o racismo da ausência em todos os setores da sociedade, inclusive e, sobremaneira, na política.

### 3.2 Célia Xakriabá

Célia Nunes Correa, mais conhecida como Célia Xakriabá, é professora e ativista indígena do povo Xakriabá, de Minas Gerais. Em 2022, foi eleita, com mais de 100 mil votos, como a primeira mulher indígena ao cargo de Deputada Federal pelo estado de Minas Gerais. Em março de 2023, foi nomeada presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. Ela possui graduação em Formação Intercultural Indígenas pela Universidade Federal de Minas Gerais, tem mestrado profissional em Desenvolvimento Sustentável, com área de concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais, pela Universidade Federal de Brasília, e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Coordenadora na Educação Escolar Indígena na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, atuou como assessora parlamentar no Congresso Nacional e, desde 2019, participa anualmente da Cúpula do Clima, pela ONU.

**Figura 8** – Célia Xakriabá na Cerimônia de Posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 01 de janeiro de 2023).



Fonte: *Instagram* (2023)

Célia Xakriabá, estudou na Escola Indígena Estadual Xukurank, em São João das Missões (MG), com professores/ indígenas, por isso se empenhou na luta para uma educação diferenciada que contasse (e conte) a história a partir da própria narrativa indígena, fazendo o cancelamento da ideia de “descobrimento” do Brasil pela empresa colonizadora. Ela luta por uma educação pautada no respeito e na participação dos povos indígenas como sujeitos históricos, principais protagonistas da nossa história nacional e por isso defende a narrativa própria dos descendentes dos povos originários.

Foi observando sua comunidade, ainda quando criança, que Célia Xakriabá percebeu que as mulheres poderiam contribuir mais dentro das suas aldeias e tornarem-se protagonistas dentro da organização social e nos movimentos indígenas. Desde cedo, ela sempre participou ativamente de reivindicações. A escolarização formal foi um dos motivos que a levou a defender as causas indígenas na esfera pública e política, conquistando uma vaga no Congresso Nacional. A partir da educação escolar/universitária, Célia Xakriabá pôde inspirar novas mulheres, inclusive participando de recepção de calouros em universidades, falando de sua trajetória e da sua missão como a primeira da sua comunidade a cursar um mestrado, sendo assim exemplo para outras mulheres jovens indígenas.

Defensora dos direitos dos povos indígenas, Célia Xakriabá é reconhecida, nacional e internacionalmente, pela sua participação ativa na divulgação das pautas dos povos originários. Ela utiliza as redes sociais para chamar atenção para os problemas ambientais e os descasos com os povos indígenas. Como professora, Célia Xakriabá luta pela estruturação de um sistema de educação que abranja os povos indígenas e que permita a participação ativa das comunidades na educação das crianças e jovens indígenas.

Como propostas para a sua candidatura, Célia Xakriabá focou em projetos que garantissem acesso cultural e o direito à educação a todos os povos, enfrentando as desigualdades e garantindo a proteção cultural, material e imaterial, a territorialização da educação, a fins de que exista o respeito com a cultura e com as comunidades, ensino de história e cultura dos povos indígenas nas escolas, assim como o reconhecimento dos profissionais indígenas da educação. Ela também defendeu pautas como a demarcação das terras indígenas e a proteção do meio ambiente, a partir disso garantindo sua vitória nas eleições.

No dia 10 de maio de 2022, em uma postagem realizada em seu *Instagram*, Célia Xakriabá se afirmou como pré-candidata a Deputada Federal pelo estado de Minas Gerais,

expondo sua indignação com a monoculturação, em combate ao racismo da ausência e por almejar a presença de mulheres indígenas na política. Assim escreveu: “*Somos corpos plurais porque carregamos muitos povos e muitas lutas dentro de nós. Não tenham medo de nosso cocar*” (Célia Xakriabá, em 10 de maio de 2022).

**Figura 9** – Postagem Não a monoculturação, Não ao racismo de ausência, e SIM para mais mulheres indígenas na política (em de 10 maio de 2022).



Fonte: *Instagram* (2022).

Cofundadora da ANMIGA, chegou na política com o compromisso e tentativa de romper com o racismo da ausência, buscando ocupar cargos que sempre foram ocupados por pessoas não indígenas. Como mulher e indígena, sua luta constante em defender o direito dos seus povos agora se ampliou, dando espaço para que suas pautas se tornem lei que, com o apoio de outros parlamentares e ativistas sociais, podem transformar o Brasil, a fim de que o meio ambiente seja respeitado e seus povos tenham os direitos essenciais resguardados. Em entrevista para o jornal *online* Sumauma (2023), Célia Xakriabá afirmou:

As pessoas me perguntavam, ainda quando Sônia [Guajajara] estava no Congresso: ‘O que vocês vão poder fazer se vocês são 2 mulheres indígenas no Congresso Nacional com 513 deputados? E eu falava: ‘Nós somos menos de 1% da população brasileira, somos 5% da população do mundo e protegemos mais de 80% da biodiversidade. Nem sempre a maioria está fazendo melhoria. Nós somos minoria, mas estamos fazendo a melhoria de um país, de um planeta. Estaremos no Planalto fazendo pelo planeta. (Célia Xakriabá, em 03 de fevereiro de 2023)

As mulheres indígenas chegaram na política para assegurarem que os direitos dos seus povos serão resguardados, como também para garantir que o meio ambiente seja respeitado. Uma das pautas tratadas por Célia Xakriabá foi a demarcação e a manutenção de terras, refletindo assim na preservação ambiental. Projetos como o Marco Temporal

atrasam significativamente a garantia do direito de terras aos povos indígenas, permitindo o garimpo ilegal, o desmatamento e a poluição de florestas e rios. Em postagem realizada no *Instagram*, Célia Xakriabá escreveu: “*Porque meu corpo é território, e nosso território também é corpo, e nosso corpo é manifestação política de resistência, por isso é um ato de revolução*”, com esse posicionamento criticava esse projeto e pedia pela demarcação de terras.

**Figura 10** – Postagem Parem o genocídio! (em 12 de janeiro de 2019).



Fonte: *Instagram* (2019)

Através disso, Célia Xakriabá, nas postagens no *Instagram*, fala sobre a experiência de ser mulher indígena, de ser aluna de escola indígena e universitária, das suas experiências em ambos sentidos e agora da tarefa na política como Deputada Federal, enfatizando sua identidade indígenas e o comprometimento com as comunidades, em defesa das terras e do meio ambiente.

Das comunidades indígenas para as mídias sociais, Célia Xakriabá, juntamente com Tukumã Pataxó<sup>21</sup>, em 2021 apresentaram, pela Globoplay, um podcast chamado “Papo de Parente”, o primeiro a ser apresentado por uma mulher indígena. O programa mostrou a realidade dos povos indígenas e ressignificou conceitos ultrapassados sobre a temática indígena no contexto atual. A cada semana, foram debatidos com pessoas não-indígenas vários temas referentes aos povos tradicionais, tais como: linguagens, organização política, cultura e educação.

<sup>21</sup> Jovem indígena nascido na aldeia Pataxó, na Bahia, é representante do movimento dos direitos indígenas no Brasil, atua como diretor de comunicação da Associação de Jovens Indígenas Pataxó (AJIP) e colabora com a Mídia Índia, coletivo de comunicadores indígenas (Akatu, 2022).

Por meio dessas narrativas, Célia Xakriabá concentra seu discurso em (r)existência e em valores indígenas que serão responsáveis pela luta por seu povo, e por seu corpo-território. Por isso, a busca constante para desmistificar os estereótipos e atribuir novas identidades a essas mulheres indígenas, que, por meio da luta por suas demandas, mostram-se muito além das representações que lhe são atribuídas, divulgando problemas de toda a comunidade, através da visibilidade alcançada por programas e por suas redes sociais.

Nosso corpo com pouca roupa, mas revestido de pinturas corporais nunca matou ninguém, já o seu racismo e o ultraconservadorismo já matou muitos de nossos antepassados, matou nossos corpos e a nossa identidade quando impôs uma outra cultura e uma outra fé e demonizou a nossa maneira de pensar religião. Saia com seu racismo e o seu conservadorismo do nosso caminho que queremos passar com a nossa pintura corporal, com o cocar, com nossas vestimentas e com a nossa identidade. (Célia Xakriabá, 2019)

Os povos indígenas tiveram, e ainda têm, diversos motivos para buscarem seus direitos. Excluídos da sociedade e vivendo sob a tutela de homens brancos, lutam todos os dias para que “a história não se repita”. Infelizmente, esse é um cenário comum e repleto de histórias desastrosas, em que esses povos vivem uma incessante e longa batalha pelo direito de existir. Portanto, diante desses cenários, as mulheres indígenas, juntamente com suas comunidades, têm buscado mudar tal panorama. Célia Xakriabá, com seu ativismo eco-político, vem lutando para romper barreiras e transformar sua realidade, assim como buscando abrir outros caminhos para que mais mulheres indígenas ocupem diferentes espaços.

**Figura 11**– Postagem Dar licença do nosso caminho, que queremos passar com a pintura e cocar, em 10 de abril de 2019.



Fonte: *Instagram* (2019).

Por meio das redes sociais, as mulheres indígenas ganham espaço para ecoar suas vozes. Assim como Sônia Guajajara, Célia Xakriabá também fez campanha política em



sua página no *Instagram*, mostrando passo a passo da sua candidatura até a vitória. Seu perfil serviu também como portal de notícias sobre os povos indígenas, sobre a Covid-19 nas terras indígenas, sobre a mineração e o garimpo ilegal. Durante a pandemia, quando não as manifestações e encontros não podiam acontecer presencialmente, essas redes sociais serviram como ferramenta para reforçar as lutas e demandas desses povos.

Sobre a subnotificação de casos de Covid-19, em seu perfil do *Instagram*, Célia Xakriabá repostou o alerta emitido pela APIB, no dia 18 de abril de 2020. Nesse período, criticou abertamente o governo e o descaso para com os povos indígenas, a falta de médicos para tratar seus povos, as invasões de terras pelos mineradores, disponibilizando sua rede social para que outros indígenas pudessem ecoar suas vozes. Em postagem no dia 22 de setembro de 2020 escreveu: “*Quer amplificar as vozes e ocupar e demarcar as telas? Continuar falando e fazendo luta é um ato de resistência para permanecermos vivos*”.

**Figura 12** – Quer amplificar as vozes e ocupar e demarcar as telas? (em 22 de setembro 2020).



Fonte: *Instagram* (2020).

A representação internacional de Célia Xakriabá como ativista indígena lhe proporcionou diversas participações em eventos que serviram para ecoar as vozes dos povos originários. Em 2019, ela foi convidada pela Anistia Internacional para participar de eventos em Paris, divulgando as demandas dos povos indígenas brasileiros. Em participação na COP26– Conferência do Clima da ONU – Célia Xakriabá enfatizou e reafirmou a necessidade da preservação dos territórios e o combate ao racismo sistêmico (ONU MULHERES, 2022).

Seu papel como mulher indígena da (r)existência intensificou-se quando as demandas dos seus povos não foram respeitadas, quando a luta por direitos se tornou mais árdua, viram que não havia evolução e seu corpo-território esteve a mercê de quaisquer

invasores sem que fossem impedidos pelos governantes. Em entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil* (2023), Celia Xakriabá descreveu o sentimento dos povos tradicionais com o descaso do governo anterior.

Em quatro anos de governo anti-ambiental, anti-humanitário, quem foram os principais ministros do meio ambiente fomos nós, embora nós nunca tenhamos ocupado o lugar de ministro. Quando as leis no Congresso Nacional calavam, o ecocídio e genocídio nos territórios falavam. E hoje não dá para não reconhecer a potência das lutas sociais, indígenas e de povos e comunidades tradicionais porque nós já somos reconhecidos pela ONU como a solução número um para barrar a crise climática. Então, se nós somos a solução número um para barrar a crise climática, nós somos a solução número um e estamos mais que preparadas para combater e enfrentar a bancada ruralista. (Celia Xakriabá, em 20 de janeiro de 2023)

Devido às dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas no período do governo anterior (2018-2022), Célia Xakriabá, assim como outros indígenas, decidiu não se calar, encontrando, por meio da política, soluções para que medidas fossem tomadas. Através do Chamado pela Terra, movimento organizado pela APIB em fevereiro de 2022, lideranças indígenas conseguiram participar das eleições. Com o chamado *Vamos Aldear a Política*, essa bancada congressista se uniu para realizar mudanças significativas na política.

Precisamos descolonizar as telas também. Nós temos o racismo da ausência, do porquê nós não estamos nesses lugares. As pessoas tomam um engajamento antirracista, mas a discussão de raça precisa ser mais aprofundada, porque nós somos povos para além de raça. Nós, indígenas, sofremos o lugar da ausência da nossa própria história, que é diversa. A comida que dá sustança é colorida no prato, essa diversidade para a terra, ela não se sustenta se não tiver cultura. A colonização do pensamento, do olhar, do corpo e da terra, é voltada para a monocultura. Nesse sentido é importante descolonizar as telas e trazer vozes coletivas. Na aldeia digital, muitos jovens e artistas indígenas estão no TIK TOK, na MÍDIA NINJA, e em muitos lugares – as mulheres vem se destacando porque têm um olhar sensível, são elas que continuam sustentando as mãos e os pés do território. (Célia Xakriabá, 2021).

Dessa maneira, tem-se que Sônia Guajajara e Célia Xakriabá tem um papel importantíssimo na luta pelos direitos dos povos indígenas, inclusive promovendo e participando de debates e reuniões, no Brasil e no exterior. Ambas fazem história no ativismo pelos povos tradicionais e pela preservação do meio ambiente e, como mulheres indígenas, tornam-se referências e inspiração.

Nas palavras de Sônia Guajajara,

A condição de ser uma mulher indígena em nosso país significa estar constantemente em desafio, de reivindicar sua causa, de ocupar os espaços, de escrever sua própria história. Ao longo dos anos a história das mulheres indígenas foi escondida do público, assim elas faziam unicamente trabalhos nas aldeias, o que não deixa de ser importante, porque o trabalho que a gente exerce nas aldeias sempre foi esse papel orientador. Tal protagonismo era silenciado. Entretanto chegou a hora de acreditarmos que somos capazes de lutar e ser autoras da nossa história. (Sônia, Guajajara, 2020)

Corroborando com este entendimento, Célia Xakriabá também destaca,

Ser mulher indígena é, sobretudo, nascer nessa resistência de luta sem ter tempo nem medo. Diante de um genocídio de mais de cinco séculos, que nunca termina, ser mulher indígena e estar na luta não é exatamente uma escolha pelo ativismo, mas é um ato de resistência. Quando temos que escolher entre ter medo e continuar lutando pela vida, a luta pela vida é o que move essa resistência de ser mulher indígena. (Célia Xakriabá, 2020)

Com base no exposto ao longo da nossa pesquisa, podemos considerar que essa luta das mulheres indígenas não acabou, mas graças a sua participação nos meios públicos e políticos, essas têm conquistado espaços e territórios para ecoar suas vozes cujo objetivo tem sido reduzir o descaso histórico para com suas comunidades e com seu corpo-território. Por meio de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, almejamos cada vez mais mulheres indígenas engajadas na política e na luta por seus povos, direitos e corpo-território, numa ação eco-política que compreenda que o futuro é ancestral (Krenak, 2022).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que as redes sociais, em especial o *Instagram*, têm ganhado uma forte notoriedade quando se trata da sua utilização com fins organizacionais, de mobilização social de um determinado povo, de militância e para as reivindicações e transformações sociais. Isto porque, com o surgimento das redes sociais, houve a possibilidade de abertura de espaços para que ocorressem discussões sobre política, sociedade, saúde, educação, entre outros assuntos das classes e grupos sociais menos favorecidos.

Dessa forma, através desse ciberespaço, surgiram novas formas de lutas por direitos, e, conseqüentemente, por terem uma viabilidade maior, as mulheres indígenas conseguiram, por intermédio das redes sociais, crescentes conquistas na defesa de algumas pautas. Com isso, é notório que as redes sociais se tornaram forças gigantescas de ação para movimentos sociais, inclusive para as comunidades indígenas, bastando uma simples busca em qualquer rede social na atualidade para perceber que os povos indígenas estão se inserindo pouco a pouco nesse espaço, que abre um leque de possibilidades de lutas pelos seus direitos.

Portanto, é sabido que as redes sociais não servem apenas para entreter e compartilhar informações, mas também para serem utilizadas como meio de mobilizar e realizar transformações sociais, em diferentes setores da sociedade, de forma que as pessoas não apenas expõem as suas ideias, mas terminam por receber um retorno, participando ativamente dessas novas formas de militância, onde o privado e o público se conectam, e causando impactos significativos em suas vidas.

Com isso, tem-se que as redes sociais vêm sendo utilizadas pelos povos indígenas, inclusive pelas mulheres indígenas, como um espaço possível de trocas, na busca da preservação da sua cultura e no combate aos preconceitos e estereótipos, de forma a dar uma visibilidade maior as suas lutas, por meio de suas reivindicações.

Assim, por meio do ciberativismo, as mulheres indígenas conseguem ampliar seu espaço de fala na sociedade, conseguindo mobilizarem-se ativamente na luta pelos seus direitos, ao, através destas *páginas na internet*, atingirem um número cada vez maior de pessoas, destacando-se o ciberativismo eco-político como resultado de um longo processo de resistência e existência, tanto no campo material, quando virtual/midiático.

O desenvolvimento desse estudo se deu a partir da ideia de trazer para a cena pública as trajetórias de luta encampadas por Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, como

contributivas para com os povos indígenas, na sociedade, na política e nas redes sociais, em especial por meio do uso do *Instagram*. Por meio das informações coletadas nas páginas das duas ativistas/políticas, foi possível construir a pesquisa aqui apresentada. Todos os dados, postagens e escritos aqui expostos foram evidenciados com a intenção de realizar um trabalho acadêmico que mostrasse a luta dessas mulheres, entre alguns percalços e conquistas frente à sociedade patriarcal na qual estão historicamente inseridas.

De outra parte, faz-se necessário destacar que em momento algum o *Instagram* ou qualquer rede social é responsável pelo ativismo eco-político dessas mulheres indígenas, pois suas lutas antecedem tais ferramentas, aliás tendo teor ancestral. Sônia Guajajara e Célia Xakriabá nasceram com o espírito de guerreiras, desenvolvendo-se ao longo da vida em aldeia e fora dela. No contexto fora da aldeia propriamente, enquanto territórios de múltiplas experiências de fazeres e saberes, as redes sociais foram utilizadas como ferramentas de apoio para divulgação de suas pautas eco-políticas e ampliação dos seus discursos de resistência.

Devido à história desastrosa imputada por séculos aos povos indígenas, ladrilhada pelo racismo das ausências e pela tentativa de etnicídio, uma pesquisa dessa natureza sempre apresenta desafios, embora não tenha tido maiores obstáculos para encontrar material necessário para a sua realização. Mas, um desafio real foi escrever do ponto de vista da pesquisa histórica, trazendo uma perspectiva indígena, sendo não indígena. Muitas vezes pensei no quanto poderia está sendo invasiva, escrevendo sobre algo que não faz parte do meu lugar de fala, mas com o devido cuidado pude, por um lado, realizar um estudo com base num referencial teórico desenvolvido por pesquisadores/as indígenas e não indígenas, com foco na perspectiva dos povos originários, sobretudo das mulheres indígenas e, por outro, trazer as próprias narrativas, apresentadas no perfil do *Instagram*, de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá em seus movimento eco-políticos nas redes sociais, nesse caso, tomando como base a pesquisa narrativa. Para além disso, pude aprender mais sobre a temática indígena e o estudo da história dos povos indígenas no Brasil, desmistificando pré-conceitos aprendidos nos livros didáticos escolares e no discurso geral, lançando novo olhar sobre o tema.

Ainda no que se refere ao ativismo eco-político das mulheres indígenas, para além dos limites das suas comunidades, surgiram outras formas de propagação de suas pautas políticas, utilizando as redes sociais, em especial, o *Instagram* como estratégia política para ocupar espaços antes inimagináveis para os povos originários. Nesse contexto geral, a história pública, por meio da história digital, permitiu uma diversidade de maneiras de

rebater e ecoar os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas. Portanto, o objetivo central desse estudo foi de identificar a atuação de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá no *Instagram*. Buscou-se, ainda: apresentar as principais pautas tratadas por elas, por meio dessa ferramenta; compreender de que modo esse instrumento tem desempenhado relevante papel na exposição das pautas e das lutas por direitos sociais, políticos, culturais e ambientais; e, além disso, analisar como as redes sociais têm contribuído no processo de divulgação do movimento indígena feminino eco-político, no contexto atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Juniele Rabelo de.; ROVAI, Martha Gouveia de Oliveira. (org.) Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, no 2, p. 21-39 – 2012.

BANIWA, Braulina. **Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BRASIL. Decreto Nº 11.355 de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Presidência da República. Brasília, 2023.

BRASIL. **Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil: resistência e protagonismo**. Instituto Socioambiental, 05 de agosto. 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In. CASTELLS, Manuel.; CARDOSO, Gustavo. (Org.). A Sociedade em Rede: Do conhecimento à Ação Política. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2005.

CRESWELL, John. **Investigação quantitativa e projetos de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. [Introdução]

DI FELICE, Massimo. Net-ativismo, da ação social para o ato conectivo, São Paulo: Paulus Editora, 2017.

DUARTE, Coletti Danielly. Protagonismo de mulheres indígenas no espaço de poder: resistência e superação. *Movimentação*, Dourados, v. 4, nº. 6, p. 20-44, 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>. Acesso em: 4 jan. 2022.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS, Angélica. **Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GLOBO. Podcast indígena ‘Papo de Parente’ estreia no Globoplay. Globo, 2021. Disponível em: <<https://imprensa.globo.com/programas/podcast/textos/podcast-indigena-papo-deparente-estrela-no-globoplay/>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GÓES, Laércio. Contra-hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais. IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste: Mercado, Região e Comunicação na Sociedade Digital. Salvador, 2007.

GUAJAJARA, Sônia. De Dentro da Floresta. Revista Trip. 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/revistatrip.uol.com.br/trip/em-artigo-exclusivo-lider-indigena-sonia-guajajara-expoe-o-seu-ponto-de-vista-em-meio-a-uma-discussao-sobre-a-ocupacao-da-amazonia/amp>. Acesso em: 17 fev. 2023.

GUAJAJARA, Sônia. Entrevista com Sônia Guajajara: o movimento indígena frente a pandemia da Covid-19. [Entrevista concedida a] ALARCON, Daniela Fernandes. PONTES, Ana Lúcia de Moura. Em 17 de outubro de 2022. Ciência & Saúde Coletiva. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n11/4125-4130/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GUAJAJARA, Sônia. Sônia Guajajara comemora a liderança das mulheres indígenas na luta por direitos. [Entrevista concedida a] MÁRIO, Katia. REINHOLD, Fabiana. Em 9 de junho de 2020. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/povos-indigenas-vivem-momento-traumatico-afirma-sonia-guajajara>. Acesso em: 10 out. 2021.

HISTÓRIA PÚBLICA. Os Editores. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 229-230, julho-dezembro de 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/dKNdcR9f3LNMmySLkxsNqrq/?lang=pt>. Acesso em: 22 mai. 2023.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Explosão feminista: arte, cultura, política e Universidade 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

INESC. Inesc.org.br. 2019. Sobre o Inesc. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/quem-somos/sobre-o-inesc/?cn-reloaded=1>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

JUNIOR, Elvio Juanito Marques de Oliveira; ROCHA, Liana Vidigal. Da cibercultura ao ciberativismo: os povos indígenas do Tocantins no Facebook. C&S – São Bernardo do Campo, v. 41, n. 3, p. 83-113, set.-dez. 2019.

JUSTAMAND, Michel. O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí): muito antes de 1500. **Revista EDUCAmazônia** – Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, Ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, p. 121-135.



KAIAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? Caicó, v. 15, n 35, p. 38-68, jul./dez., 2014. **Menme Revista de Humanidades**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>. Acesso em: 22 mai. 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2022.

LEAL, Caroline; SCHILLACI, Manuela. et al. **Mulheres indígenas da tradição**. Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. Revista Ciência da Informação. Brasília, v.30, n.1, p. 71-81, janeiro-abril 2001.

MARTINS, Andréia. Ciberativismo – ativismo nasce nas redes e mobiliza as ruas do mundo, 11 de setembro de 2012, Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas.htm>. Acesso em: 14 out. 2022.

MOYA, Isabela. Machismo, você entende mesmo o que significa? Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/#:~:text=O%20machismo%20%C3%A9%20um%20preconceito,das%20mulheres%20feita%20pelos%20homens>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990) . São Paulo: Paulinas, 2012.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. Linc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18225/liinc.v11i1.797>. Acesso em: 31 mai. 2023.

ONU MULHERES. Mulheres Indígenas avaliam estratégias de empoderamento político e resposta à pandemia Covid-19. ONU Mulheres, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-avaliam-estrategias-de-empoderamento-politico-e-resposta-a-pandemia-covid-19/>. Acesso em: 22 out. 2021.

RAMOS, Elisa Urbano; SILVA, Francisca Bezerra da. Et al. Mulheres indígenas da tradição. Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

RODRIGUES, Grazielle Cristina. **A história dos direitos da mulher indígena no Brasil**. 2019.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revista Antropológicas, ano 7, v. 14, p. 95-110, 2003.

SILVA, Nayara Tayná Leite. et al. **Mulheres indígenas da tradição**. Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2021.

TERENA, Linda. Feminismo indígena existe? Conheça as lutas da mulher indígena. Blog Lado M, 28 set. 2017. Disponível em: <http://siteladom.com.br/feminismoindigena/?fbclid=IwAR0qWNRJ5IA8XUuTy9bgbtJZjVljWhfARPHJLEGYFAUMCCgxJzACWOxpsAk>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VERDUM, Ricardo (Org.). Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. Brasília: INESC, 2008.

XAKRIABÁ, Célia. “Estamos mais que preparadas para enfrentar a bancada ruralista”. [Entrevista concedida a ] SANTIAGO, Bruno; DURAN, Felipe. Em 20 de janeiro de 2023. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/estamos-mais-que-preparadas-para-enfrentar-a-bancada-ruralista/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

XAKRIABÁ, Célia. “NÓS temos o compromisso importante de desaquecer o planeta para aquecer o coração”, conheça a trajetória de Célia Xakriabá. ONU Mulheres, 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/nos-temos-o-compromisso-importante-de-desaquecer-o-planeta-para-aquecer-o-coracao-conheca-a-trajetoria-de-celia-xakriaba/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

XAKRIABÁ, Célia. Célia Xakriabá – Bolsonaro elegeu a nós, povos indígenas, como inimigos número 1 do seu projeto. [Entrevista concedida a] Revista Matria 2021. Em 03 de março de 2021. CNTE. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/publicacoes/revista-matria/revista-matria-2021/73773-entrevista-celia-xakriaba-bolsonaro-elegeu-a-nos-povos-indigenas-como-inimigos-numero-1-de-seu-projeto>. Acesso em: 22 fev. 2023.

XAKRIABÁ, Célia. Célia Xakriabá: ‘O Congresso não vai mais ser cinza, ele vai ter a nossa cor: jenipapo e urucum’. [Entrevista concedida a] LEITE, Letícia. Em 10 de janeiro de 2023. Sumauma. Disponível em: <https://sumauma.com/celia-xakriaba-o-congresso-nao-vai-mais-ser-cinza-ele-vai-ter-a-nossa-cor-jenipapo-e-urucum/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

XAKRIABÁ, Célia. Célia Xakriabá: Curar a Terra é Curar a Nós Mesmos. [Entrevista concedida a] MARTINA, Medina. Em 04 de setembro de 2020. Yam. Disponível em: <https://yam.com.vc/sabedoria/791662/celia-xakriaba-curando-a-terra-curamos-a-nos-mesmos>. Acesso em: 20 fev. 2023.

XAKRIABÁ, Célia. Sob nossos olhares. 8 de out. 2021. Instagram: @celia.xakriaba. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CUx\\_bo0PcQ6/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CUx_bo0PcQ6/?utm_medium=copy_link). Acesso em: 9 out. 2021.

XAKRIABÁ, Célia. Sob nossos olhares. 08 de out. 2021. Instagram: @celia.xakriaba. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CUx\\_bo0PcQ6/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CUx_bo0PcQ6/?utm_medium=copy_link). Acesso em: 09 de out. 2021.

## ANEXOS

## Anexo A – Publicação de 1º de janeiro de 2023 no Diário Oficial da União sobre a criação do Ministério dos Povos Indígenas.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 - Edição Especial ISSN 1677-7042 Nº -, domingo, 1 de janeiro de 2023

TOTAL		137	292,41
ANEXO III			
REMANEJAMENTO DE CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE DA SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS PARA O MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS			
CODIGO	CCE-UNITÁRIO	QTD.	DA SEGES/MGI PARA MPOR VALOR TOTAL
CCE 1.17	6,27	2	12,54
CCE 1.15	5,04	8	40,32
CCE 1.14	4,31	2	8,62
CCE 1.13	3,84	14	53,76
CCE 1.10	2,12	14	29,68
CCE 1.09	1,67	1	1,67
CCE 1.07	1,39	5	6,95
CCE 2.13	3,84	3	11,52
CCE 2.10	2,12	3	6,36
CCE 2.07	1,39	2	2,78
CCE 2.06	1,17	1	1,17
CCE 3.10	2,12	1	2,12
SUBTOTAL 1		56	177,49
FCE 1.15	3,03	2	6,06
FCE 1.14	2,59	1	2,59
FCE 1.13	2,30	13	29,90
FCE 1.10	1,27	20	25,40
FCE 1.07	0,85	29	24,07
FCE 1.05	0,60	4	2,40
FCE 2.13	2,30	4	9,20
FCE 2.10	1,27	3	3,81
FCE 3.10	1,27	1	1,27
FCE 4.10	1,27	3	3,81
SUBTOTAL 2		80	108,51
TOTAL		136	286,00

DECRETO Nº 11.355, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para o Ministério dos Povos Indígenas, os seguintes Cargos, Commissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - três CCE 1.17;

II - dez CCE 1.15;

III - dois CCE 1.14;

IV - quinze CCE 1.13;

V - vinte e um CCE 1.10;

VI - um CCE 1.09;

VII - vinte e três CCE 1.07;

VIII - um CCE 2.13;

IX - quatro CCE 2.10;

X - nove CCE 2.07;

XI - um CCE 2.06;

XII - um CCE 3.10;

XIII - dois CCE 3.10;

XIV - duas FCE 1.15;

XV - uma FCE 1.14;

XVI - nove FCE 1.13;

XVII - onze FCE 1.10;

XVIII - dez FCE 1.07;

XX - uma FCE 2.13;

XX - três FCE 2.10;

XII - quatro FCE 2.07;

XXI - uma FCE 3.10;

XXII - duas FCE 3.10;

Art. 3º O disposto nos arts. 14 e art. 15 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e nos arts. 11 e art. 14 do Decreto nº 10.825, de 5 de outubro de 2021, aplicam-se, quanto:

I - ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Sioig;

II - aos prazos para apontamentos;

III - ao regime de interino;

IV - à permuta entre CCE e FCE;

V - ao registro das alterações por ato inferior a decreto; e

VI - à realocação de cargos em comissão e funções de confiança na Estrutura Regimental do Ministério dos Povos Indígenas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor no dia 24 de janeiro de 2023.

Brasília, 1º de janeiro de 2023; 202º da Independência e 153ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Sônia Rose de Sousa Silva Santos  
Esther Dewck

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º O Ministério dos Povos Indígenas, órgão de administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política indigenista;

II - reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas;

III - reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas;

IV - bem viver dos povos indígenas;

V - proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e

VI - acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos povos indígenas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Ministério dos Povos Indígenas tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Povos Indígenas:

a) Gabinete;

b) Assessoria de Participação Social e Diversidade;

c) Assessoria Especial Assuntos Parlamentares e Federativos;

d) Assessoria Especial de Comunicação Social;

e) Assessoria Especial de Controle Interno;

f) Assessoria Internacional;

g) Ouvidoria;

h) Secretoria;

i) Consultoria Jurídica;

j) Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas; e

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas:

1. Departamento de Demarcação Territorial; e

2. Departamento de Proteção Territorial e de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato;

b) Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena:

1. Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena; e

2. Departamento de Justiça Climática; e

c) Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas:

1. Departamento de Promoção da Política Indígena; e

2. Departamento de Línguas e Memórias Indígenas;

III - Órgão colegiado: Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI;

IV - entidade vinculada: Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Povos Indígenas

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do cerimonial e do preparo e do despacho de seu expediente pessoal;

II - promover a articulação com os titulares das unidades do Ministério sobre os assuntos submetidos à consideração do Ministro de Estado;

III - providenciar as publicações oficiais das matérias relacionadas à atuação do Ministério;

IV - coordenar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados ao Ministro de Estado;

V - assistir o Ministro de Estado, no que couber, em suas manifestações relativas às atividades administrativas dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.

Art. 4º À Assessoria de Participação Social e Diversidade compete:

I - fomentar e articular as relações políticas do Ministério com os diferentes movimentos sociais e segmentos da sociedade civil;

II - fortalecer e coordenar os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil;

III - fomentar e estabelecer diretrizes e orientações à gestão de parcerias e relações governamentais com organizações da sociedade civil; e



Anexo C – *Print Screen* de campanha política no Instagram de Célia Xakriabá e Sônia Guajajara.



Instagram (2022)

### **Anexo D – Fala de Sônia Guajajara na Cúpula do Clima (2019).**

“Estou contente por estar aqui e sei que milhões de pessoas no mundo inteiro estão ansiosas para ajudar a deter os incêndios na Amazônia, na Ásia e na Bacia do Congo.

Neste momento, a imagem da Amazônia em chamas está no mundo inteiro, essa imagem me aterroriza, tenho certeza que a vocês também. Quem queima não são só as árvores, o solo, o ar, os rios. Somos também nós, o povo da floresta. Queima a nossa história e as nossas formas de Viver.

- Aqui está um esforço que acredito que pode ajudar.
- Fiz parte do lançamento da iniciativa inter-religiosa pelas florestas tropicais no Centro do Prêmio Nobel da Paz em Oslo, há dois anos.
- Eu também ajudei a apresentar a declaração e agenda de ação de « Fés pelas Florestas » na Assembleia Mundial das Religiões pela Paz, há algumas semanas.
- E sou membro do Conselho Consultivo da Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais no Brasil.
- Estou dedicando meu tempo a esta iniciativa porque vejo que ela tem um enorme potencial.
- Tem o potencial de gerar um novo impulso para a proteção das florestas e dos direitos dos povos indígenas. As nações indígenas brasileiras desde o primeiro contato com a supremacia branca , foi uma história de resistência e 2019 é um ano de ameaças à sobrevivência indígena no Brasil: Corremos risco de vida com a visão integracionista e assimilacionista do Governo atual que aposta no confronto e no divisionismo entre os povos .
- Trabalhando juntos, há tanta coisa que pode ser feita por líderes religiosos inicialmente em parceria com povos indígenas no Brasil, Colômbia, Peru, Congo e Indonésia, mas é um convite sem fronteiras para todos os continentes e juntos precisamos descarbonizar a mente dos chefes das nações, restaurar seus pensamentos e reflorestar o coração das pessoas para o bem-estar de toda a sociedade. Esta pode ser uma nova e poderosa aliança, e é ao mesmo tempo encorajador e energizante ver a crescente preocupação com estas questões.
- Acolhemos líderes influentes de religião e fé para trabalhar conosco, para ajudar a chamar a atenção do mundo para os desafios que enfrentamos, mas também para estar ao nosso lado quando enfrentamos ameaças e perigos por causa da luta que fazemos em defesa da mãe terra e de todos os povos do planeta.

No mês de Agosto a primeira Marcha das Mulheres indígenas chamada pelas mulheres indígenas do Brasil, convocou todas as mulheres pra marchar junto na construção do Bem viver para todas as sociedades e equilíbrio do Meio ambiente. Nós vamos seguir lutando , e queremos lutar junto com vocês porque a luta pela Mãe Terra é a mãe de todas as lutas!’

**Anexo E**– Discurso de posse da Ministra Sônia Guajajara – 2023 (Via APIB)

## “Saudação

1. Inicialmente, quero agradecer a presença de todas as pessoas que aqui estão, Neste momento tão emblemático para a história do Brasil. Agradeço a presença da Ex-Presidenta Dilma Rousseff, das Ministras e Ministros de Estado em nome da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, de todos os parlamentares, em nome do Deputado Federal Guilherme Boulos, de dirigentes partidários em nome de Juliano Medeiros, de todos os Movimentos sociais, de toda a frente ampla democrática brasileira, dos representantes da Comunidade internacional e da imprensa.
2. Quero saudar de forma especial, todas as lideranças indígenas, que com muito Esforço chegaram aqui, e dedico este momento a todos os povos indígenas do Brasil.
3. Cumprimento aqui com muita honra a minha família, pai, mãe, irmãos, irmãs, Primos, sobrinhas e filhos, que por muitos anos, tem sentido muita saudade da minha presença. Mas entendem que preciso cuidar de tantos outros filhos desta nossa Nação.
4. Agradeço a presença da primeira Dama, nossa querida Janja e do nosso Ilustre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o qual parablenizo pela coragem e ousadia de reconhecer a força e o papel dos povos indígenas, neste momento em que é tão importante o reconhecimento deste protagonismo dos povos indígenas frente a preservação do meio ambiente e justiça climática, ao criar este Ministério inédito na história do Brasil.
5. Povos esses, que resistem há mais de 500 anos, a diários ataques covardes e violentos, tão chocantes e aterrorizantes como vimos neste último Domingo aqui em Brasília, porém sempre menos visibilizados. A partir de agora, essa invisibilidade não pode mais camuflar a nossa realidade.
6. Estamos aqui, de pé! Para mostrar que não iremos nos render.
7. A nossa Posse aqui hoje, minha e de Anielle Franco, é o mais legítimo símbolo dessa resistência secular preta e indígena no Brasil! Contextualização subjetiva
8. Permitam-me voltar a um passado recente de minha história para compartilhar uma memória com vocês. Quando eu tinha 17 anos, fui chamada por minha tia Maria Santana para conversar. Tia Maria é parteira e uma respeitada liderança espiritual. Como não foi um convite qualquer, eu pensei: “O que será que a tia Maria quer?”. Subi na garupa de uma moto e fui até a Aldeia Lagoa Quieta, no território indígena Araribóia, para encontrar com ela. Chegando, vi Tia Maria me esperando com dois presentes, um colar e um maracá. Ela então me olhou e disse com aquela voz serena: “Ô fia, quero te entregar esses presentes que são símbolos de liderança. E eu passo a você, o poder da palavra. Você vai ter o dom da comunicação, todo mundo vai te ouvir. Você vai crescer e tudo que você tiver para falar vão te escutar. Esse maracá vai ecoar e você será a porta voz do nosso povo”.
9. Então hoje, eu quero dizer para vocês, que aquela Sônia que para estudar trabalhou em casa de família como babá e “empregada doméstica” assim como era chamada essa profissão na época, está aqui, nomeada para o cargo de Ministra de Estado dos Povos Indígenas do Brasil.



10. Se estou aqui hoje, é graças à força ancestral e espiritual de meu povo Guajajara Tentehar, graças a resistência secular da luta dos povos indígenas do Brasil, graças também à minha persistência de nunca desistir.
11. Ressalto também o apoio que recebi dos povos indígenas e da população do Estado de São Paulo que, pelas urnas, me elegeram Deputada Federal, afirmando a todos os brasileiros e brasileiras, que uma mulher indígena é plenamente capaz de contribuir com a reconstrução da democracia neste país.
12. Assumo com honra e coragem este ousado e inovador desafio. Uma missão já anunciada há tantos anos pela tia Maria.

#### Contextualização coletiva

13. Talvez muitas pessoas nunca irão entender o quanto este momento é significativo para mim e para nossos povos, talvez nem todas as pessoas que estão me ouvindo saibam que a existência dos povos indígenas do Brasil é cercada por uma leitura extremamente distorcida da realidade. Ou nos romantizam, ou nos demonizam.
14. Nós não somos o que, infelizmente, muitos livros de História ainda costumam retratar. Se, por um lado, é verdade que muitos de nós resguardam modos de vida que estão no imaginário da maioria da população brasileira, por outro, é importante saberem que nós existimos de muitas e diferentes formas. Estamos nas cidades, nas aldeias, nas florestas, exercendo os mais diversos ofícios que vocês puderem imaginar. Vivemos no mesmo tempo e espaço que qualquer um de vocês, somos contemporâneos deste presente e vamos construir o Brasil do futuro, porque o futuro do planeta é ancestral!

#### Contextualização histórica dos problemas enfrentados

15. A invisibilidade secular que impacta e impactou diretamente as políticas públicas do Estado é fruto do racismo, da desigualdade e de uma democracia de baixa representatividade, que provocou uma intensa invisibilidade institucional, política e social, nos colocando na triste paisagem das sub-representações e sub-notificações sociais do País. São séculos de violências e violações e não é mais tolerável aceitar políticas públicas inadequadas aos corpos, às cosmologias e às compreensões indígenas sobre o uso da terra.
16. Durante a pandemia que impactou fortemente o mundo e a população brasileira, os povos indígenas do Brasil tiveram milhares de vidas ceifadas pelo negacionismo científico e criminoso do Governo anterior, democraticamente derrotado nas urnas pelo voto popular em 2022.
17. As dificuldades no acesso aos serviços de saúde, de saneamento e as falsas informações propagadas, potencializaram literalmente um plano de genocídio.
18. Tudo isso levou a um estado de emergência, que através das organizações indígenas mobilizou a criação de barreiras sanitárias, diversas campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, os advogados indígenas conquistaram grandes vitórias judiciais, promovemos também redes de afetos, solidariedade e somas que permitiram evitar que mais vidas indígenas fossem perdidas.

19. É preciso lembrar de problemas estruturais que, recentemente, foram imensamente potencializados e precisam ser encarados como prioridades. São graves os casos de intoxicações provocados por mercúrio dos garimpos, pelos agrotóxicos nas grandes lavouras do agronegócio; as invasões em nossos territórios; as condições degradantes de saúde e saneamento; o aumento da insegurança alimentar que resultou, inclusive, na morte de inúmeras crianças e idosos indígenas e a desproteção dos territórios onde vivem povos indígenas isolados. Lembrando que, na Amazônia brasileira, somam-se 114 grupos de povos de recente contato ou também os que nunca tiveram nenhum contato com a sociedade. Os chamados povos isolados, e que se encontram em estado de alta vulnerabilidade, devido ao desmatamento, garimpo ilegal e a grilagem de terras.
20. O exemplo que mais recentemente voltou a correr os noticiários do mundo, é a situação extrema em que vivem os parentes Yanomami. Não é mais possível convivermos com povos indígenas submetidos a toda sorte de males, como desnutrição infantil e de idosos, malária, violação de mulheres e meninas e altos índices de suicídio.
21. Presidente Lula, arrisco dizer, sem exagero, que muitos povos indígenas vivem uma verdadeira crise humanitária em nosso país e agora estou aqui para trabalharmos juntos, para acabar com a normalização deste estado inconstitucional que se agravou nestes últimos anos.
22. Este estado de emergência e de luta cotidiana por sobrevivência, fez com que um direito tão importante como a educação diferenciada, pautada pela Constituição de 88, deixou de ser debatido e implementado.
23. Precisamos voltar a pensar as políticas de educação para os indígenas, valorizando as identidades plurais, formando professores indígenas, ampliando o acesso e a permanência no ensino superior.
24. Além disso, não posso deixar de lembrar os parentes que foram retirados de nosso convívio pela bala do fascismo que imperou no Brasil nos últimos quatro anos, derramando, sem pudor, muito sangue indígena. Lembremos a força daqueles que tombaram na luta como Paulino, Janildo, Jael e Antonio Guajajara, Ari Uru Eu Wau Wau, Dayane Kaingang, Estela Verá Guarani Kaiowa, Wellington Pataxó, Ariane Oliveira, a menina Raissa e tantos outros parentes vitimados pelo garimpo ilegal, pelas invasões de seus territórios e por tantas outras ações e omissões do Estado. Além disso, preciso destacar a força de Bruno Pereira e Dom Philips, em memória de quem saúdo todos os nossos aliados e aliadas defensores do meio ambiente e dos direitos humanos.
25. Gente! Nós não somos os únicos que necessitam aqui viver. Nós apenas coabitamos a mãe Terra junto com milhões de outras espécies. O desprezo por essas outras formas de vida, as práticas de desmatamento intenso feitas sempre em nome da economia de curto prazo, têm efeitos devastadores para o futuro de todos nós. As alterações no uso do solo provocam um grande desequilíbrio em nosso ecossistema, que impactam diversas espécies causando profundas transformações, inclusive, as grandes epidemias.
26. As terras indígenas, os territórios habitados por demais povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação são essenciais para conter o desmatamento no Brasil e para combater a emergência climática enfrentada por toda a humanidade. A proteção dos diferentes biomas é essencial para qualquer

produção agrícola, pois garante água, garante a presença de agentes polinizadores e de tantos outros fatores sem os quais, nada se produz.

27. Se, antes, as demarcações tinham enfoque sobretudo na preservação da nossa cultura, novos estudos vêm demonstrando que a manutenção dessas áreas tem uma importância ainda mais abrangente, sendo fundamentais para a estabilidade de ecossistemas em todo o planeta, assegurando qualidade de vida, inclusive nas grandes cidades. Daí a importância de reconhecer os direitos originários dos Povos Indígenas sob as terras em que vivem.

28. As Terras Indígenas são importantes aliadas na luta contra o aquecimento global e fundamentais para a preservação da nossa biodiversidade. Como já foi considerado no Acordo de Paris, e na Declaração de Nova York para Florestas Tropicais das Nações Unidas, que o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais, são também conhecimentos científicos e como uma das últimas alternativas para conter a crise climática. É preciso que este conhecimento saia dos tratados internacionais, e seja valorizado na prática, por todo o território Nacional, por meio de políticas locais, considerando a diversidade de povos, culturas e territórios.

29. Hoje, vocês todos estão presenciando um momento de transição histórica, tal qual foi a singular colaboração indígena, na Assembleia Nacional Constituinte. Naquela ocasião, um passo muito importante foi dado com o fim do paradigma integracionista e da tutela.

30. Hoje, vocês presenciam um passo ainda maior com este Ministério dos Povos Indígenas e esperamos, com isso, fazer respeitar a nossa existência e o nosso protagonismo.

31. O Brasil do futuro precisa dos povos indígenas. Tudo que tradicionalmente é chamado de cultura entre os brasileiros e brasileiras, para nós significa tudo que somos.

32. É nosso modo de vida, nossa comida, nossos rituais, nosso uso da terra, nossas práticas e costumes, tanto aqueles mais cotidianos, quanto outros ritualizados. Cultura é também sinônimo de luta!

33. Lembremos também o que estava sendo empurrado para o esquecimento: o Brasil é plural, é alegria, é colorido e solidário!

34. É com esse espírito que assumo a missão de sensibilizar toda a sociedade brasileira e a convido para juntos, reflorestarmos mentes e corações rumo a uma democracia do bem viver de todos os brasileiros e brasileiras.

35. Os desafios são tremendos. E quero aqui deixar o meu pedido ao conjunto de ministras e ministros, governadoras e governadores, prefeitas e prefeitos, que compreendam o sentido de aldear a política, as políticas indígenas desses novos tempos, como já disse nosso Presidente e também o ministro da casa civil, também são transversais e necessitam do apoio e do diálogo nas diversas áreas.

36. Estamos diante de uma crise humanitária. Por isso, a criação do Ministério dos Povos Indígenas sinaliza para o mundo, o compromisso do Estado brasileiro com a emergência e justiça climática, além de inclusão, reconhecimento e início da reparação histórica, da invisibilidade e da negação de direitos.

37. Quero, ainda, destacar que este Ministério é de todos os povos indígenas do Brasil, além de patrimônio do povo brasileiro, pois cada indígena vivo representa um guardião climático da mãe Terra. Quero aproveitar e apresentar a equipe do

Ministério: Eloy Terena, Secretário Executivo; Jozi Kaigang, minha Chefe de Gabinete; Eunice Kerexu, Secretária de Direitos Ambientais e Territoriais; Ceiza Pitaguary, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena; Juma Xipaia, Secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas; e Marcos Xucuru, Assessor Especial do MPI.

38. É urgente promovermos uma cidadania indígena efetiva. Isso não se faz sem demarcação de territórios, proteção e gestão ambiental e territorial, acesso à educação, acesso e permanência à universidade pública, gratuita e de qualidade, ampla cobertura e acesso à saúde integral. Saibam que este Ministério chega comprometido com tudo isso e com a promoção de uma política indígena em todo o território nacional com potencial de fazer frente às mazelas que tomaram nossos corpos, memórias e vidas.

39. E antes de finalizar, quero aqui já anunciar a recriação do Conselho Nacional de Política Indigenista, que garante a participação paritária entre representações indígenas de todos os estados brasileiros e órgãos do executivo federal.

40. Sabemos que não será fácil superar 522 anos em 4. Mas estamos dispostos a fazer desse momento a grande retomada da força ancestral da alma e espírito brasileiros. Nunca mais um Brasil sem nós!



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA  
DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA  
BIBLIOTECA**

**1. Identificação do material bibliográfico:**

[X ] Monografia [ ] TCC Artigo

Outro: Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

**2. Identificação do Trabalho Científico:**

Curso de Graduação: Licenciatura Plena em História

Centro: \_\_\_\_\_

Autor(a): Martha Maria de Sousa Carvalho

E-mail (opcional): marthahermino@gmail.com

Orientador (a): Profa. Dra. Simone Joaquim Cavalcante

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Membro da banca: Profa. Dra. Olivia Candeia Lima Rocha

Instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI

Membro da banca: Prof. Dr Rafael Ricarte da Silva

Instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI

Titulação obtida: Licenciatura em História

Data da defesa: 22/08/ 2023

Título do trabalho: HISTÓRIA PÚBLICA E ATIVISMO ECO-POLÍTICO DE  
MULHERES INDÍGENAS NAS REDES SOCIAIS

**3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:**

Liberação para publicação:

Total: [ X ]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: \_\_\_\_\_

---

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado\* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos- Pi Data: 03/02/2024

Assinatura do(a) autor(a). Martha Maria de Sousa Cavalcante

\* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

